

A NAÇÃO E A JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL

Dainis KAREPOVS ¹

O tema “juventude” e as discussões em seu entorno têm sido muito mais um campo onde ainda predominam as abordagens de ordem sociológica e a enorme bibliografia sobre o tema, tanto no Brasil como internacionalmente, confirma isto. No campo historiográfico o volume da produção sobre o assunto é muito modesto. E quando, no terreno da história, as abordagens do tema juventude buscam uma interface com a política, a escassez aumenta. Talvez o fato de a noção de juventude ser calcada, antes de tudo, em limites fluidos de idade – basta lembrar aqui os debates a respeito dos limites da maioridade penal e jurídica no Brasil e em outros países –, nos quais em uma primeira abordagem não se encontram homogeneidade nem na sua composição social, nem no lugar em que os jovens ocupam na sociedade ou nem no grau e caráter de sua participação na vida social, nos possa ajudar a entender este diminuto volume no tratamento do assunto pela história, em comparação com a sociologia.

No que toca ao nosso objeto, a Juventude Comunista, a pesquisa bibliográfica apontou, tanto para a Internacional da Juventude Comunista (IJC) como para a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB), uma escassa bibliografia. Ela, de modo geral, restringe-se aos momentos iniciais de ambas as organizações.

No caso da IJC encontramos as de Richard Cornell, Radomir Luza, Joël Kotek, e Victor Privalov ². Elas, respectivamente, incorporam os enfoques de correntes distintas inseridas em conjunturas específicas: a do anticomunismo da Guerra Fria (dos dois primeiros autores), a do anticomunismo pós-Muro de Berlim e a comunista pré-Muro de Berlim. Ou seja, em boa parte, tais obras se referenciam em torno de disputas político-ideológicas. Além dessas, há trabalhos em maior número sobre as suas seções nacionais.

¹ Pós-doutorando em História no IFCH-UNICAMP e coordena o Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Contato do autor: dalar@uol.com.br.

² CORNELL, Richard. *Revolutionary Vanguard: The Early Years of the Communist Youth International, 1914-1924*. Toronto: University of Toronto Press, 1982 e _____. *Youth and Communism. An Historical Analysis of International Communist Youth Movements*. New York: Walker, 1965; LUZA, Radomir. *History of the International Socialist Youth Movement*. Leyden: A.W. Sijthoff, 1970; KOTEK, Joël. *La jeune garde. Entre KGB et CIA. La jeunesse mondiale, enjeu des relations internationales, 1917-1989*. Paris: Seuil, 1998; e PRIVALOV, Victor. *The Young Communist International and Its' Origins*. Moscou: Progress Publishers, 1971.

Embora a abertura dos documentos da Internacional Comunista (IC) e da IJC tenha permitido recentemente a pesquisa e publicação de mais trabalhos sobre as seções nacionais ³, curiosamente não existem trabalhos que cubram a trajetória da Internacional da Juventude Comunista em sua integralidade, permanecendo os acima mencionados como referência para a sua história.

Já no caso da bibliografia referente ao Brasil, excetuando-se as memórias de Leôncio Basbaum e de Ivan Pedro de Martins ⁴ – as quais, aliás, são quase a única base para as referências existentes em várias outras obras -, fica ela praticamente restrita às memórias de ex-militantes e a pequenos trechos pinçados em várias das obras que integram a bibliografia sobre o tema, mas que possuem, de modo geral, um caráter meramente ilustrativo do específico “juventude” inserido em um contexto global de atuação do então Partido Comunista do Brasil (PCB). Ou seja, nelas a FJCB é apresentada por meio de episódios restritos a determinados acontecimentos e conjunturas e nos quais a organização transparece apenas como um “departamento juvenil” do PCB, onde formas de ação específicas e formas distintas de estruturação acabam diluídas ou imperceptíveis. Em vários momentos de crise e confronto interno se podem encontrar referências a setores da FJCB alinhando-se a esta ou àquela fração em confronto, mas não se consegue perceber a dinâmica da crise no interior da FJCB, pois ela é sempre referenciada em relação ao PCB.

De qualquer modo, no caso brasileiro, a bibliografia não nos permitiria ir muito além do acima apresentado, ou seja, um panorama prenhe de lacunas e de interrogações sem respostas.

No bibliográfico referente ao estudo do comunismo, tanto brasileiro como internacional, a Juventude Comunista é frequentemente considerada como um acessório do Partido Comunista, ou uma instância de recrutamento ou, quando muito, um organismo voltado para a formação de quadros. Acrescente-se a isso, dentro do campo

³ Citemos neste caso, a título de exemplo, GILBERT, Isidoro. *La FEDE: Alistandose para la revolución. La Federación Juvenil Comunista, 1921-2005*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009; LEWIS, Joel A. *Youth against fascism: Young communists in Britain and the United States, 1919-1939*. Saarbrücken: Dr. Muller, 2007; VAUCLIN, Guillaume Quashie-. *L'Union de La Jeunesse Républicaine de France (1945-1956): Entre organisation de masse de jeunesse et mouvement d'avant-garde communiste*. Paris: L'Harmattan, 2009; e WHITNEY, Susan B. *Mobilizing youth: Communists and Catholics in Interwar France*. Durham: Duke University Press, 2009.

⁴ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; e MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: A Intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

de visão das próprias organizações marxistas, seja em sua fase social-democrata ou comunista, a ênfase de seu caráter “radical”: “O peculiar deste movimento está no *status* ‘transitório’ da juventude e no fato de a ela ser inerente uma percepção emocional da realidade, a impaciência e certo vanguardismo”⁵. Se, por um lado, tais visões não podem ser julgadas, de algum modo, incorretas, por outro lado não é possível desconsiderar as suas especificidades, cujo exame permite um melhor conhecimento da atuação e da importância dos comunistas na história do Brasil e internacional.

No entanto, no caso brasileiro, a abertura dos arquivos das polícias políticas estaduais e a disponibilidade da documentação referente ao PCB existente nos arquivos da Internacional Comunista em Moscou permitem um exame mais detido sobre a Juventude Comunista brasileira.

De todo o modo, dada a precariedade de estudos no Brasil sobre a constituição das organizações políticas de juventude, se faz necessário um breve retrospecto dessa formação para evidenciarmos qual herança os jovens comunistas brasileiros receberam quando se constituíram no final dos anos 1920.

As primeiras formas de organização dos jovens passavam pelas fronteiras da religião ou, então, isto já no início do século XX, por movimentos de aparência não-política, como o dos escoteiros. Foram os socialistas, em meados da segunda metade do século XIX, que lhe deram caráter político-partidário. O aparecimento das primeiras organizações juvenis socialistas ocorreu na Europa Ocidental. Elas são, de modo geral, produto da conjugação de três fatores:

- 1 – Condições opressivas de trabalho, que dificultavam a busca da melhoria de suas condições materiais;
- 2 – Busca de melhores oportunidades de educação; e
- 3 – O serviço militar compulsório, introduzido em muitos países após a Guerra Franco-Alemã de 1870.

Foi este último aspecto, em especial, que teve peso determinante no surgimento da primeira organização socialista juvenil, a “Jovem Guarda” (La Jeune Garde / De Jonge Wacht), em Gant, na Bélgica em 1886. Autônoma, porém “adjunta” ao Partido Socialista Belga, a “Jovem Guarda” era integrada por jovens trabalhadores entre 15 e 21

⁵ KOVAL, B. I. *et alii*. *Los partidos comunistas de América Latina en la lucha por la unidad de las fuerzas antimperialistas*. Moscou: Progreso, 1983, p. 262.

anos de idade. A propaganda antimilitarista da “Jovem Guarda”, que enfatizava a abolição do sistema de sorteio e de suplência no recrutamento ⁶ e a redução do tempo de serviço militar, provocou um crescimento no número de adesões e no poder de mobilização, obtendo várias reformas no Exército belga e a diminuição do tempo de serviço militar.

A partir daí surgiram organizações juvenis nacionais na Áustria (1894), Suécia (1895), Bulgária (1898), Noruega (1899), Suíça e Tchecoslováquia (1900), Holanda (1901), Espanha e Itália (1903), Sul da Alemanha e Áustria (1904), Norte da Alemanha (1904-1905), Austrália, Dinamarca e Hungria (1905), Alemanha, Espanha e Finlândia (1906) ⁷. Algumas delas foram criadas com a ênfase antimilitarista, outras sob o influxo da luta pela melhoria das péssimas condições de trabalho dos aprendizes e jovens trabalhadores. Apesar de tais diferenciações em sua origem, as organizações juvenis socialdemocratas tomaram, de modo geral, uma forma organizativa independente de seus partidos nacionais e eram vistas como redutos de radicalização política.

Fundada em Paris no ano de 1889, a II Internacional ou Internacional Socialista (IS) somente estruturou sua organização internacional de entidades juvenis em 24, 25 e 26 de agosto de 1907, em Conferência realizada em Stuttgart, na Alemanha, logo após o encerramento do Congresso da IS ali também ocorrido, reunindo 20 delegados de 13 países, na qual se criou a Federação Internacional da Juventude Socialista ⁸. Nessa conferência definiu-se que as organizações juvenis deveriam orientar-se

⁶ Nem todos os que tinham idade para fazer o serviço militar acabam fazendo-o. Isto era definido por sorteio. Os sorteados tinham ainda a possibilidade de serem substituídos por outros recrutas mediante o pagamento de determinado valor, possibilidade da qual se serviam amplamente os filhos de famílias de recursos.

⁷ INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *A short history of the Young Communist International*. Londres: Young Communist League, [1929], p. 5-6; FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA. Secretariado. *Compte-rendu de la Première Conférence Internationale de la Jeunesse Socialiste tenue a Stuttgart le 24, 25 et 26 août 1907*. Gand: Secrétariat de la Fédération Internationale de la Jeunesse Socialiste, 1907, p. 11-21.

⁸ Antes de Stuttgart houve conferências internacionais reunindo as organizações da juventude socialista ocorridas por ocasião dos congressos socialistas internacionais de Paris (1900) e de Amsterdã (1904), mas sem nenhum resultado duradouro. No congresso da IS de 1900 adotou-se apenas uma resolução orientando os partidos socialistas a organizarem os jovens em torno da oposição ao militarismo. Em Stuttgart deram sua adesão à criação da Federação organizações da Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália, Noruega, Suécia, Suíça e Tchecoslováquia, as quais representavam 61,5 mil filiados. INTERNACIONAL OPERÁRIA E SOCIALISTA. *Rapports soumis au Congrès Socialiste International de Stuttgart (18-24 août 1907), par les organisations socialistes d'Europe, d'Australie et d'Amérique sur leur activité pendant les années 1904-1907*. Genebra: Minkoff Reprint, 1978, p. 493.

prioritariamente para a educação dos jovens trabalhadores nos princípios do socialismo e da luta de classes. A educação socialista deveria ser de responsabilidade das organizações juvenis, as quais, todavia, permaneceriam ligadas aos seus respectivos partidos. Também, entre as metas estabelecidas na Conferência de Stuttgart, estavam a propaganda antimilitarista e a luta pelas melhorias das condições de vida e de trabalho dos jovens trabalhadores.

Em síntese: *Organização – educação – luta. Organização* própria de todos os jovens operários e operárias, ligada aos partidos socialistas e aos sindicatos. *Educação* socialista de seus membros, despertando-lhes uma consciência de classe clara e firme, com o objetivo de torná-los bons combatentes da luta de classes sindical e política que leva o proletariado organizado. *Luta* contra os principais inimigos da juventude operária: contra o ensino vicioso e insuficiente que lhe concedem as classes reinantes, contra a exploração das forças produtivas juvenis para o capitalismo sob a forma da aprendizagem e do trabalho de fábrica, contra o alcoolismo destruidor das forças físicas e psíquicas da nova geração, enfim e sobretudo contra o militarismo.⁹

A Conferência elegeu um secretariado internacional¹⁰, e sua sede ficaria em Viena. Depois da Conferência de Stuttgart, ocorreram mais duas outras, em Copenhague (Dinamarca, 1910) e em Basileia (Suíça, 1912). Na primeira, fundamentalmente foram mantidas as diretivas de 1907. Na de 1912 debateu-se a atitude das organizações da Juventude Socialista no caso de ser desencadeado um conflito armado generalizado. Na Conferência de Basileia referendaram-se as decisões tomadas no Congresso da IS que na mesma cidade se realizara imediatamente antes. No Congresso aprovou-se um manifesto contra a guerra, que perceptivelmente se avizinhava no continente europeu, denunciando seus objetivos espoliadores, em benefício das potências imperialistas. O texto exortava os trabalhadores a entabular uma decidida luta pela paz, contrapondo “ao imperialismo capitalista a força da

⁹ FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA. *Compte-rendu....*, p. 3-4.

¹⁰ Este secretariado era composto pelo sueco Gustav Möller, pelo belga Hendrik de Man, pela holandesa Henriette Roland-Holst, o austríaco Leopold Winarsky e, como seu mais destacado membro, o alemão Karl Liebknecht, um dos expoentes da corrente antimilitarista nas fileiras da IS. Destes, apenas De Man e Möller eram da nova geração de socialistas (*apud* CORNELL, Richard (1982), p.11, nota 8). Como logo depois Liebknecht foi condenado à prisão por alta traição em razão de suas posições antimilitaristas, ele foi substituído pelo tcheco Emmanuel Skatula. Por sua vez, De Man, em razão de viagem que pretendia fazer aos estados Unidos, foi substituído na secretaria pelo austríaco Robert Danneberg no início de 1908 e que permaneceu no cargo até 1915 (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA. *Compte-rendu....*, p. 24-25).

solidariedade internacional do proletariado”. E concluía propondo que, caso a guerra se desencadeasse, os socialistas deveriam fazer uso das crises econômica e política provocadas pela guerra para lutar pela revolução socialista. Uma terceira Conferência havia sido convocada para Viena em agosto de 1914, mas o desencadeamento da I Guerra Mundial impediu a sua realização.

Na verdade, como o definiria posteriormente um contemporâneo, o secretariado da Federação Internacional da Juventude Socialista em Viena não passou de uma “caixa postal” para troca de correspondência e informações ¹¹, fazendo com que as resoluções de Stuttgart acabassem apenas como um punhado de boas intenções sem resultados práticos. Seus membros, oriundos de diversos países, não tinham condições de deslocar-se com facilidade, além de produzirem um boletim irregular e de não terem conseguido estabelecer um relacionamento mais definido com o Secretariado Internacional da IS, o que acabou dificultando seu funcionamento.

Nesse quadro, de modo generalizado nas seções da IS, percorria um elemento de constante tensão: a independência das organizações juvenis frente aos seus partidos em confronto com a tendência do exercício de um controle cerrado por parte das direções dos partidos socialistas sobre as organizações juvenis. Ao mesmo tempo formou-se uma importante distinção entre as organizações juvenis socialistas: de um lado, em especial as organizações da Suécia, Itália, Suíça, Noruega e Dinamarca, estavam as que acreditavam que as atividades dos jovens deveriam centrar-se na cena política, e, portanto, possuir uma atuação mais independente e centralizada. De outro, particularmente as organizações da Alemanha, Áustria e Bélgica, estavam aquelas que enxergavam que o foco deveria restringir-se à formação e à proteção econômica. Este quadro fez com que dirigentes da IS apresentassem uma proposta, que nunca chegou a ser votada, de dissolução da Federação Internacional da Juventude Socialista e sua transformação em uma espécie de seção da direção da IS. A resolução de tal impasse foi sendo postergada e o desencadeamento da I Guerra Mundial o deixou sem solução no âmbito das fileiras da IS, que, nesta época, tinham mais de 300.000 militantes filiados a suas organizações juvenis.

¹¹ Willi Münzenberg. *Die proletarische Jugendbewegung bis zur Gründung der Kommunistischen Jugendinternationale*. Kiel: Rotfront, 1929, p. 21 *apud* LUZA, R. *Op. cit.*, p. 20, nota 31.

O desencadeamento da I Guerra Mundial fez com que rapidamente fossem postas no esquecimento solenes decisões tomadas em congressos que prometiam engajar os partidos socialdemocratas em insurreições contra a guerra. A esmagadora maioria dos partidos socialistas dos países beligerantes rapidamente mudou tais posicionamentos em ações em favor da união sagrada pela guerra. O resultado foi o esfacelamento da IS e da Federação Internacional da Juventude Socialista em, grosso modo, três tendências: uma ala direita, que sustentava os esforços de guerra de seus respectivos países e que era francamente majoritária nos partidos socialistas nos países beligerantes, exceto na Itália e na Rússia; um centro pacifista que se opunha à guerra, mas que buscava a unidade dentro do movimento socialista; e uma esquerda, também hostil à guerra, mas decidida a transformá-la em guerra revolucionária e disposta a criar uma nova organização internacional. Unidas na oposição antiguerreira, o centro e a esquerda socialdemocratas formaram uma aliança para tentar restabelecer as relações entre as organizações socialdemocratas. Significativamente, a sede da Federação Internacional da Juventude Socialista em Viena foi fechada pelo seu secretário, o austríaco Robert Danneberg, que ali deixou uma placa: “O escritório está temporariamente fechado por causa da guerra”¹².

Tal quadro fez com que os jovens militantes de países não beligerantes pleiteassem a transferência da sede da Federação Internacional da Juventude Socialista para um país neutro, em Zurique, na Suíça. Neste espectro, no âmbito das organizações juvenis socialistas, sob os auspícios das organizações suíça, italiana e sueca, realizou-se uma conferência na cidade suíça de Berna, em abril de 1915, com a presença de 14 delegados representando 10 países.

O manifesto adotado pelo congresso exigiu o fim da guerra, declarou ser esta luta dever de todos os jovens socialistas que apoiavam os esforços de paz do movimento socialista internacional. Além disso, o Congresso saudou as tentativas feitas nos países beligerantes por grupos dos partidos socialistas com vistas à “retomada da luta de classes e [...] obrigar as classes dirigentes a negociar a paz”. A conferência também criou o “Dia Internacional da Juventude”, um evento de luta contra o militarismo, que ocorreria em 3 de outubro de 1915. Os presentes rebatizaram a Federação Internacional

¹² DUGRAND, Alain e LAURENT, Frédéric. *Willi Münzenber, artiste en révolution (1889-1940)*. Paris: Fayard, 2008, p. 90.

da Juventude Socialista como Centro Internacional da Juventude Socialista, elegeram uma nova direção, formando um novo secretariado, que tinha à sua frente o alemão Willi Münzenberg, mas que naquela ocasião, em razão de estar exilado, dirigia a organização juvenil suíça. Embora mantendo o princípio de autonomia das organizações nacionais juvenis, paradoxalmente conformou-se uma estrutura mais centralizada em relação ao padrão organizativo até então existente: um secretariado único, um periódico comum e o caráter imperativo das futuras decisões. Foi um evidente confronto com a política de guerra desenvolvida até então pela direção da IS.

A crescente mobilização antiguerra das organizações socialistas juvenis nos países neutros alterou a relação de forças em favor de uma maior radicalização do movimento, transformando o Centro Internacional da Juventude Socialista em uma organização quase independente, com atividades e políticas próprias, cuja influência se estendeu a quase todas as organizações socialistas juvenis européias.

A idéia de agrupar os socialistas que criticaram a paralisia do movimento socialista internacional começou a ganhar corpo no movimento socialista como um todo. Logo depois, na mesma Suíça, em setembro daquele ano, no âmbito dos partidos socialdemocratas, ocorreria a Conferência de Zimmerwald, que também apontaria na mesma direção, a qual desembocaria na formação da Internacional Comunista, em 1919.

A Revolução Russa de 1917 e o fim da I Guerra deram uma força enorme às fileiras da esquerda que se opuseram à direção da Internacional Socialista. Este foi, na avaliação de Luza, um momento de inflexão na história do movimento das organizações juvenis socialistas:

Até 1914 o movimento juvenil socialista era essencialmente uma escola de aprendizagem para os partidos socialistas. Com o desencadeamento da guerra em numerosas federações independentes desenvolveu-se a adoção de políticas radicais. Quando o descontentamento de suas jovens bases converteu-se em oposição contra seus próprios partidos, os jovens líderes canalizaram o movimento para ações políticas que resultaram em uma violenta ruptura com aqueles partidos; uma ruptura que ficou como um dos mais decisivos marcos da história contemporânea.

13

¹³ LUZA, R. *Op. cit.*, p. 28.

Impulsionados pela vitória da Revolução Russa e pela criação, em Moscou, da III Internacional ou Internacional Comunista (IC), em março de 1919, os membros do Centro Internacional da Juventude Socialista realizaram seu primeiro congresso pós-Guerra entre 20 e 29 de novembro de 1919, reunindo 18 delegados mandatados por organizações de 14 países (Alemanha, Áustria, Dinamarca, Colônias Alemãs do Volga, Espanha, Hungria, Itália, Noruega, Polônia, Romênia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Rússia) que representaram cerca de 219.000 militantes¹⁴.

O congresso, ocorrido clandestinamente em Berlim, decidiu transformar o Centro Internacional da Juventude Socialista em Internacional da Juventude Comunista (IJC), a qual se declarou parte integrante da IC. Ali foram consagrados os princípios da ditadura do proletariado, do poder soviético, do centralismo democrático e denunciou-se a democracia burguesa, os socialistas e seus movimentos de juventude, além de definir Berlim como sede de sua direção. No I Congresso da IJC as principais organizações juvenis socialistas, em bloco, aderiram ao comunismo e romperam com a IS. Firmou-se aí a compreensão de que a juventude tinha importante parte na luta política, pois a própria luta era a melhor medida da educação comunista, mas que nos “intervalos entre as barricadas havia momentos em que era preciso aproveitar em favor da consciência dos jovens combatentes”. Também se firmou a convicção de que o desenvolvimento físico tinha um papel importante nas organizações juvenis, devendo-se, no entanto, atentar para o perigo de sua degeneração em sociedades esportivas. Outra questão definida no I Congresso da IJC foi a defesa das crianças contra o trabalho infantil. Também os congressistas concluíram que era preciso superar a separação entre o trabalho físico e o intelectual, fazendo-se uso dos comunistas de melhor formação entre a juventude proletária, e que era necessário romper com o monopólio que os jovens de melhor educação possuíam na questão do ensino com a integração dos jovens trabalhadores nesta discussão, marcando-se, portanto, um foco do movimento comunista pelo movimento estudantil¹⁵. Como destacaram Cornell e Kotek, o Congresso de fundação da IJC foi a culminância dos esforços da esquerda comunista na

¹⁴ “Le congrès international de la jeunesse ouvrière. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: n° 9, abr. 1920, p.1469.

¹⁵ INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *Report of the first international congress held at Berlin from the 20-29th of November 1919. Contains manifesto, programme and a report of the actual stand of the Y.C.I.* Glasgow - Londres: Int. Proletarian School Movement – Young Communist League, [1920]. p. 16-21.

conquista da juventude internacional. Ela cobriu a criação da nova organização com o manto da legitimidade, com a passagem de uma organização existente e reconhecida para a esfera comunista, coisa que os comunistas não conseguiram realizar no âmbito dos partidos socialdemocratas, pois, por não terem como incorporar a IS, tiveram de criar a IC, dentro de um processo de fracionamento dos partidos socialistas ¹⁶.

A principal questão tratada no I Congresso da IJC foi o das relações das organizações juvenis comunistas com os seus respectivos partidos. A delegação soviética, liderada por Lazar Abramovitch Shatskin ¹⁷, defendeu arduamente a incondicional subordinação das juventudes aos partidos comunistas. Münzenberg, ao lado de significativa maioria dos presentes, foi um firme defensor das posições de independência do movimento juvenil frente aos partidos e mantidas desde 1915 em Berna. Contrariando a tendência de centralização organizativa, o I Congresso da IJC rejeitou a idéia de subordinação formal à IC. O congresso de Berlim inscreveu deste modo a questão em seu Programa:

Em sua luta política as organizações da Juventude defenderão os princípios daquele partido ou grupo local afiliado à Terceira Internacional, ou aos princípios proclamados no programa da Internacional Comunista. As relações organizacionais para com o Partido são determinadas por dois princípios fundamentais:

- 1) A independência da Juventude;
- 2) O estreito contato e a ajuda mútua. ¹⁸

Nesta questão as diferenças entre ambas as posições, de fato, foram acomodadas, mas estiveram longe de ser resolvidas. No ano seguinte, Münzenberg, representando a IJC, foi à União Soviética participar do II Congresso da Internacional Comunista. Embora inicialmente previsto, o debate sobre a IJC acabou não sendo feito durante o

¹⁶ CORNELL, R. (1982), p. 21-22; KOTEK, J. *Op. cit.*, p. 23.

¹⁷ Lazar Abramovich Shatskin (1902, Suvalki – 1937, Moscou). Nascido em 1902, filho de um poderoso homem de negócios judeu de Moscou, filiou-se ao Partido Bolchevique em 1917, aos 15 anos de idade. Um ano depois, ele dirigia as juventudes comunistas da capital. Aos dezesseis anos era membro do comitê central do Komsomol (acrônimo pelo qual era conhecida a Juventude Comunista da União Soviética), sendo seu primeiro secretário dos 17 aos 20 anos. Membro do Presidium da Internacional Comunista aos 18 anos, apesar de ser um dos protegidos de Stalin, filiou-se no final dos anos 1920 a um grupo oposicionista do Komsomol constituído em torno do filósofo Jan Sten e do georgiano Vissarion Lominadze. Privado de suas responsabilidades em 1931 foi excluído do partido em 1935, e preso. Suicidou-se em 1938, após ser barbaramente torturado. (Informações extraídas de DUGRAND, A. e LAURENT, F. *Op. cit.*, p. 178-179.)

¹⁸ INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. *Report of the first international congress...*, p. 19 e 29.

conclave. No entanto, nos bastidores o principal dirigente da IJC foi muito assediado pelos principais dirigentes comunistas soviéticos, em especial Lenin, com quem Münzenberg tivera um contato muito próximo no exílio suíço de ambos. Lenin, pouco antes do Congresso publicara o texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, em que combatia uma série de posicionamentos radicais que encontravam expressão dentro das fileiras comunistas e que dificultavam sobremaneira os projetos dos líderes soviéticos de agrupamento da esquerda internacional, ainda indecisa com respeito às suas relações com os social-democratas, sob a égide da IC. Münzenberg e seus companheiros da IJC eram vistos por muitos como esquerdistas e sectários e eram ardorosos defensores de posturas como, por exemplo, a antiparlamentarista e a anti-sindicalista. Embora em determinadas ocasiões do II Congresso tivesse sido duro com Münzenberg, Lenin optou por conquistar a adesão do dirigente da IJC através de ênfase no discurso da necessidade de unificação da esquerda. O dirigente russo afirmara que sem o trabalho da juventude não se teriam constituído e nem se poderiam construir novos partidos comunistas¹⁹. Meses depois, o IJC faria um balanço de suas atividades, nas quais ficava clara e estabelecida a importância da organização pelo crescimento que obtivera ao longo de um ano de existência. Aos quatorze países que fundaram a IJC acrescentaram-se 21 outros (sem contar as organizações de 15 novas repúblicas soviéticas): Argentina, Bélgica, Bulgária, China, Coreia, Escócia, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Islândia, Iugoslávia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Pérsia, Portugal, passando o seu número de militantes de 250 a 800 mil militantes²⁰.

No entanto, o II Congresso da IC aprovou uma cláusula em seus Estatutos à qual os membros da IJC presentes ao conclave²¹ e Münzenberg seus biógrafos não deram

¹⁹ GROSS, Babette. *Willi Münzenberg, una biografía política*. Vitoria-Gasteiz: Ikusager, 2007, p. 144.

²⁰ MÜNZENBERG, Willi. *Die dritte front: Aufzeichnungen aus 15 Jahren proletarischer jugendbewegung*. 2ª ed. Berlim: Litpol, 1978, p. 329-331.

²¹ Os Estatutos da IC foram discutidos e aprovados na tarde do dia 4 de agosto de 1920. Um dos membros da comissão que elaborou e sistematizou os Estatutos era o delegado da organização juvenil suíça, o mecânico Siegfried Bamatter (Suíça, 1892 – União Soviética, 1966), o qual não teceu comentário algum sobre o artigo 15, que tratava das relações entre a IC e a IJC (Cf. RIDDELL, John (Ed.). *The Communist International in Lenin's Time. Workers of the World and Oppressed Peoples, Unite! Proceedings and Documents of the Second Congress, 1920* (Vol. 2). New York: Pathfinder, 1991, p. 677-679).

muita importância, mas que deixa clara uma opinião bem distinta da Internacional Comunista a respeito da questão da independência da Juventude:

Art. 15 – A União Internacional da Juventude Comunista está subordinada à Internacional Comunista e ao seu Comitê Executivo. Ela indica um representante de seu Comitê Executivo ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, no qual tem direito a voto deliberativo. O Comitê Executivo da Internacional Comunista tem a faculdade de indicar ao Comitê Executivo da União da Juventude um representante com direito a voto deliberativo. As relações existentes entre a União da Juventude e o Partido Comunista, enquanto organizações, em cada país, estão fundadas no mesmo princípio.²²

Após o encerramento o II Congresso da IC, o CEIC divulgou as “Teses sobre o Movimento da Juventude”²³. Nelas, a IC, ao estabelecer os variados graus nas relações entre as organizações juvenis comunistas e os partidos comunistas e, ao mesmo tempo, o crescimento desses partidos, estabelecia uma espécie de gradual evolução das organizações juvenis comunistas no sentido de estarem submetidos à observância das diretivas políticas dos seus partidos comunistas nacionais. Do mesmo modo era enfatizada esta relação de submissão às decisões da IC e de seu Comitê Executivo por parte da IJC e de seu Comitê Executivo. As teses deixavam clara qual seria o principal papel que caberia às organizações juvenis comunistas ao final desse processo:

A tarefa dessas Juventudes Comunistas consiste em dar uma educação comunista à juventude em vista da participação desta última na luta pela derrubada do capital, na defesa da revolução proletária após a sua vitória, na obra de construção soviética, na luta pela reorganização do trabalho e restabelecimento das condições de vida e de desenvolvimento da juventude sob novas bases socialistas. Na medida do possível, as Juventudes Comunistas concorrerão para o desenvolvimento intelectual da juventude inspirando-se nos ensinamentos marxistas, do mesmo modo que para a educação física, a qual, neste momento, deve ser uma preparação militar.²⁴

Observe-se, neste extrato, a prevalência da visão de que a questão da vitória da revolução proletária, pela via insurrecional, ainda fazia parte da ordem do dia das organizações comunistas.

²² INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 45.

²³ “Thèses sur le mouvement de la jeunesse (À propos du deuxième congrès de l’Internationale Communiste)”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: nº 14, Nov. 1920, p. 2935-2938.

²⁴ *Idem*, p. 2935.

Mesmo assim, o “compromisso” resultante do I Congresso da IJC, e também nas “Teses” do CEIC, ainda perdurou formalmente até o II Congresso, marcado para 30 de março de 1921 (mas que abriu seus trabalhos no dia 7 de abril), em Iena, na Alemanha, cuja realização havia sido perturbada pela polícia alemã – como resultado da aventura *putschista* instigada por Bela Kun e outros enviados da IC à Alemanha, conhecida como “Ação de Março” -, de um lado, e pela recusa das seções russa e das repúblicas soviéticas da Ásia em participar de um congresso fora da URSS. Decididos a prosseguir os trabalhos em Berlim, os congressistas tiveram de mudar seus planos após a chegada de uma carta do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) dizendo que seria mais conveniente que o II Congresso prosseguisse em Moscou e que fossem consideradas nulas as decisões até ali eventualmente tomadas²⁵. Desse modo, em 9 de julho foi realizada em Moscou, no Teatro Bolshoi, uma sessão comemorativa de abertura e, com o encerramento do III Congresso da IC, no dia 14 os trabalhos do II Congresso da IJC foram efetivamente iniciados, encerrando-se no dia 24. A ele estiveram presentes 133 delegados de 39 países²⁶. Os trabalhos foram abertos pelo chefe de Estado da URSS, M. Kalinin; L. Trotsky transmitiu aos jovens comunistas as saudações da IC e expôs as conclusões do III Congresso da IC e N. Lenin interveio no II Congresso da IJC para defender os novos ventos que circulavam na Internacional Comunista: Os tempos não eram mais de insurreição.

O III Congresso da IC, em 1921, foi aberto com um relatório de Leon Trotsky sobre a crise econômica mundial no qual se reconhecia que a revolução mundial já não era mais uma questão de dias, mas de anos. Novos fatores, como a introdução da Nova Política Econômica, as tentativas de restabelecer relações diplomáticas e comerciais com o mundo capitalista, a derrota da insurreição comunista de março de 1921 na

²⁵ BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista, 1919-1943. A ascensão e a queda* (Vol. 1). São Paulo: Sundermann, 2007, p. 294.

²⁶ PRIVALOV, Victor. *The Young Communist International and its origins*. Moscou: Progress Publishers, 1971, p. 144-153. Os dados sobre países e delegados apresentados no texto foram retirados do texto do secretário da ICJ (VOIOVITCH, Vuja. “Le deuxième congrès de l’Internationale Communiste des Jeunes”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: nº 18, out. 1921, p. 4424). No entanto, em um boletim publicado na França pela ICJ chegou a se informar a presença de 150 delegados de 40 países (“Le IIème Congrès de l’Internationale des Jeunes”. *Correspondance International des Jeunesses*. Paris: nº 11, 20/08/1921, p. 5-6) e na mesma revista em que foi publicado o texto de Voiovitich aparece a informação que havia 135 delegados representando 35 uniões de juventude (LEKAI, J. “Le bilan du deuxième Congrès de l’Internationale Communiste des Jeunes”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: nº 18, out. 1921, p. 4429).

Alemanha, a derrota do Exército Vermelho na Polônia fizeram com que o governo soviético buscasse uma “estratégia de retirada temporária”, como Trotsky a chamou em uma intervenção feita no II Congresso da IJC ²⁷. No III Congresso da IC ficara claro que, antes da questão da tomada do poder, estava colocada, para os partidos comunistas, a conquista da maioria da classe operária e para isso se preconizava a tática da frente única, que se concretizaria por meio de uma ação comum, particularmente com a social-democracia, na luta pelos interesses imediatos do proletariado. Enfim, a “ofensiva revolucionária” fora substituída de vez pela “conquista das massas” no palco estratégico da Internacional Comunista. A prática da frente única, no entanto, acabou sendo encarada apenas como um método de agitação e de mobilização das massas em um determinado momento. Como observou Paulo Sérgio Pinheiro, a partir do III Congresso operou-se uma mudança de caráter na IC, a qual deixaria de ser o “instrumento organizativo, político e ideológico da revolução mundial, mas o instrumento para administrar e disciplinar o movimento comunista na espera da revolução mundial” ²⁸. Características essas que serão ainda mais acentuadas nos congressos posteriores, quando, com a “bolchevização” dos partidos comunistas a partir do V Congresso, se inicia o processo de controle da facção de J. Stalin, em um primeiro momento sobre o Estado Soviético e depois sobre a IC.

A primeira decisão tomada pelos delegados do II Congresso da ICJ foi a de aceitar as decisões do III Congresso da IC sobre a nova tática e os objetivos imediatos dos partidos comunistas. Neste contexto, os jovens comunistas, em seu II Congresso, após uma longa discussão e que acabou sendo o seu ponto central, acabaram sancionando a resolução aprovada no III Congresso da IC que estabelecia o princípio de subordinação política das Juventudes aos Partidos Comunistas e da IJC à IC:

A Internacional Comunista da Juventude constitui uma parte da Internacional Comunista e nesta condição ela está subordinada às decisões do Congresso e do Executivo da Internacional Comunista. Dentro desses limites, ela executa seu trabalho e age como intermediária e intérprete da vontade política da Internacional Comunista em todas as seções desta última. Pela troca constante e mútua e uma

²⁷ TROTSKY, Leon. Report on “The Balance Sheet” of the Third Congress of the Communist International (Delivered at the Second Congress of the Communist Youth International, July 14, 1921). In: TROTSKY, Leon. *The First Five Years of the Communist International* (Vol. 1). 2ª ed. New York: Monad Press, 1977, p. 308.

²⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão - A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 49.

colaboração estreita e contínua, pode-se assegurar um controle constante da parte da Internacional Comunista e o trabalho mais fecundo da Internacional Comunista da Juventude sobre todos os órgãos de sua atividade (direção do movimento, agitação, organização, fortalecimento e sustentação das organizações da juventude comunista).²⁹

Tal decisão foi a maneira que a Internacional Comunista encontrou para fazer com que sua influência sobre a juventude não se dissipasse. O novo secretário da IJC, Lazar Shatskin, em um artigo publicado logo após o II Congresso³⁰, chamava a atenção para o momento em que se deu o surgimento do Centro Internacional da Juventude Socialista, em 1915, quanto teria se produziu, no movimento juvenil, o aparecimento da ideologia da “independência absoluta”, a qual, todavia, naquele momento deveria ser entendida como positiva, pois jogara um papel revolucionário importante no surgimento dos partidos comunistas. Este segmento da juventude acabou se aproximando dos partidos comunistas e se identificando com o comunismo, mas em termos reais ambas existiam como organizações separadas, completamente independentes uma da outra. De acordo com Shatskin a efetiva aproximação entre ambos ocorrera por ocasião do I Congresso da IJC, no qual a recém-criada organização da juventude reconheceu o programa e os partidos comunistas e estabeleceu uma relação orgânica entre elas. A partir do II Congresso da IC, esta, frente ao fortalecimento e crescimento dos partidos comunistas, teria advogado a “necessidade do estabelecimento progressivo, em todos os países, de uma subordinação política das uniões [de juventude] aos partidos comunistas, devendo, todavia, as primeiras conservar sua autonomia de organização”³¹.

Para os dirigentes da IC os acontecimentos que levaram à mudança de orientação operada no seu III Congresso fizeram com que fosse posta em pauta com mais urgência a questão da revisão da progressividade do estabelecimento das relações de subordinação das organizações juvenis comunistas aos partidos comunistas. A esta questão adicionaram-se as críticas feitas pela IC contra os posicionamentos apresentados no início do II Congresso da IJC em Iena, em especial o que incitava a juventude a se preparar para a guerra civil - postura esta caudatária das posições

²⁹ INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 188-189.

³⁰ CHATSKINE, Lazare. “Les Unions Communistes de la Jeunesse et les Partis Communistes”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: nº 18, out. 1921, p. 4435-4446.

³¹ *Idem*, p. 4440.

defendidas pelos adeptos da “ofensiva revolucionária” -, bem como os seus posicionamentos antiparlamentares e anti-sindicais. A percepção de que este caldo de cultura poderia redundar no afastamento da IJC fez com que a IC adotasse medidas mais agressivas para o seu “enquadramento” e alteração desse quadro:

Com efeito, a manutenção da situação anterior, na qual as uniões da juventude apenas se distinguem dos partidos pela idade de seus aderentes e constituíam, na verdade, partidos comunistas de jovens, deveria, com o crescimento e a consolidação do movimento comunista, levar a consequências absurdas. Fica claro que, atualmente, as uniões comunistas da juventude devem renunciar às tarefas que são próprias aos partidos comunistas e que elas foram obrigadas a assumir há pouco pela força das circunstâncias, *e ocupar as funções especiais* [destinadas] *às organizações de jovens*.³²

O novo subsecretário da IJC em Berlim, o iugoslavo Vuja Vujovitch, destacava uma dessas “funções especiais” e a mais enfatizada no II Congresso:

O congresso, por unanimidade, decidiu que era necessário acabar com as intermináveis discussões sobre as relações entre os partidos e as juventudes, e dedicar toda a sua energia às questões que interessavam mais particularmente às grandes massas da juventude, a fim de trazê-las a nós. É com inteira confiança em nossos partidos comunistas e sob sua direção política que as organizações da juventude realizarão o grande trabalho de educação verdadeiramente revolucionária do jovem proletariado - tarefa um tanto negligenciada até o presente pela Internacional da Juventude frente à luta contra os centristas - e a formação dos comunistas.³³

Outro dos novos dirigentes eleitos no II Congresso, o húngaro Janos Lekai, enfatizou a importância da educação das novas gerações como um dos mais relevantes atributos da juventude estabelecidos no Congresso e que ela serviria para colocar a questão da autonomia em segundo plano e também seria a base de novas, mas ainda indefinidas, atribuições:

A juventude nunca liderará o proletariado. Por seu destemor e seu entusiasmo, ela pode contribuir para a formação dos partidos comunistas, acelerar seu desenvolvimento, mas *nunca* ela estará em condições de assumir a direção espiritual do movimento comunista. Tal direção se encontra nas mãos dos partidos, e o espírito revolucionário da Internacional Comunista é nossa garantia de que esta

³² *Idem*, p. 4441. Grifos do original.

³³ VOIOVITCH, Vuja. “Le deuxième congrès de l’Internationale Communiste des Jeunes”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: n° 18, out. 1921, p. 4425.

direção fará avançar o movimento. Já se foi o tempo em que a juventude lutava isolada. É preciso que fundamos num só bloco estas forças que representam, de um lado, a experiência, a prudência, o espírito prático e o bom senso dos camaradas adultos e, de outro, o entusiasmo, a coragem, o ardor da juventude. A subordinação política aos partidos comunistas é o princípio fundamental da colaboração na luta, mas ela não ocasiona para as organizações da juventude a desapareição de sua autonomia de organização. A autonomia de organização é boa e necessária com respeito à educação; além disso, novas tarefas a cumprir se apresentam, ela permitirá ampliar as formas de organização das uniões da juventude, muito além dos limites das formas de organização dos firmes partidos comunistas.³⁴

Shatskin concluiu sua defesa da subordinação das organizações juvenis frente aos partidos comunistas afirmando que elas perderam “seu antigo papel de dirigentes políticos de todo o movimento operário e deveriam dar-se uma nova tarefa: transformarem-se especialmente em organizações para a educação comunista das massas dos jovens operários e operárias”³⁵. Porém, deixava consignado que, em seu trabalho especial nas camadas jovens do proletariado, era importante que mantivessem autonomia de organização a fim de que pudessem atrair às suas fileiras aquelas “camadas da juventude operária ainda alheias ao movimento comunista e, o que mais importa, educá-las no espírito comunista”³⁶.

Outra questão que foi bastante enfatizada nas resoluções do II Congresso foi a da necessidade da participação das organizações juvenis comunistas no movimento sindical, ou como se empregou naquela ocasião, na luta econômica³⁷. Reforçando tal diretiva, acompanhando a decisão do III Congresso da IC, o conclave da Juventude também decidiu programar a estruturação das organizações juvenis através da organização em células de empresa. Esta reorganização modificava a estrutura herdada pelos comunistas da social-democracia, a qual se fazia através da divisão por distritos eleitorais. Esta mudança tinha como objetivo imediato viabilizar a conquista da maioria da classe operária – postura essa resultante da avaliação de que a revolução mundial deixara de ser coisa de dias, semanas ou meses e passara a ser vislumbrada no prazo de anos - através de uma ativa participação em sua luta cotidiana e por meio da condução

³⁴ LEKAI, Janos. “Le bilan du deuxième Congrès de l’Internationale Communiste des Jeunes”. *L’Internationale Communiste*. Petrogrado: n° 18, out. 1921, p. 4429-4430. Grifo do original.

³⁵ CHATSKINE, L. *Op. cit.*, p. 4441.

³⁶ *Idem*, p. 4443.

³⁷ “La lute économique des jeunes”. *Correspondance Internationale des Jeunesses*. Paris: n° 12, 10/09/1921, p. 5.

desta luta, buscando os comunistas, assim, uma estreita ligação com as massas operárias diretamente em seu local de trabalho³⁸.

Também se aprovaram no II Congresso da ICJ resoluções sobre o trabalho entre a juventude dos países coloniais; o trabalho no campo; sobre a importância de atrair forças intelectuais para as organizações da juventude – ou seja, aceitar estudantes em suas fileiras, sem que se criassem organizações comunistas especiais para estudantes e sem que, no entanto, se deixasse de destacar o perigo para o movimento da aceitação “desses elementos impregnados da ideologia pequeno-burguesa”³⁹ -; sobre o trabalho entre as crianças; sobre a necessidade da questão do militarismo estar inteiramente submetida às direções dos partidos comunistas e não mais às uniões da juventude comunistas.

Além disso, o II Congresso também decidiu transferir sua sede de Berlim, onde apenas ficaria sediado um subsecretariado, cujo responsável seria o iugoslavo Vuja Vujovitch, para Moscou e Münzenberg foi substituído por Lazar Shatskin à frente da IJC.

Sintomaticamente, todos os congressos da IJC – que iriam até o VI, realizado em 1935 - realizar-se-iam doravante logo após os da IC, refletindo o mais das vezes as demandas e políticas decididas pela IC. Em 1943, juntamente com o anúncio da dissolução da IC, em um ato caracterizado como de “boa vontade” em relação aos Aliados, também se definiu o fim da IJC.

Na época da realização do II Congresso da IJC ocorria o processo final de constituição do Partido Comunista do Brasil (PCB), que acabaria fundado em março de 1922 como produto, de um lado, da fracassada experiência do movimento operário com a liderança dos anarquistas, durante o surto grevista de 1917-1919, e, de outro, da empolgação decorrente da vitória da Revolução Russa de 1917. Como os demais partidos comunistas criados naquela quadra, o PCB nasceu a partir de uma cisão ocorrida no interior da corrente revolucionária hegemônica no movimento operário brasileiro.

³⁸ Presidium do CEIC. “Résolution du Présidium de l’Exécutif de l’I.C. sur les Cellules d’Entreprises (adoptée em janvier 1924)” In INTERNACIONAL COMUNISTA. *Les questions d’organisation au V Congrès de l’I.C.* Paris: Librairie de L’Humanité, 1925, p.71.

³⁹ LEKAI, J. *Op. cit.*, p. 4432.

A excepcionalidade do partido brasileiro foi a de que seu núcleo originário veio das fileiras anarquistas, em um país no qual as idéias comunistas ou social-democratas eram pouco conhecidas. Convertidos ao comunismo, os neófitos militantes tinham diante de si enormes tarefas: superar sua própria herança anarquista e programar uma nova política entre os trabalhadores brasileiros, política esta, destaque-se, concebida pela IC tendo em vista a experiência social-democrata européia, sem que, no entanto, houvesse nada historicamente semelhante a isto no Brasil. O novo partido logo buscou legitimar-se perante a Internacional Comunista, com o envio de um delegado ao IV Congresso da IC, realizado naquele mesmo ano de 1922. Todavia, a atuação do delegado enviado pelo jovem partido fez com que o reconhecimento somente ocorresse apenas no V Congresso da IC, realizado em 1924. No Congresso de 1924, conhecido como o da “bolchevização”, estabeleceram-se novas formas de organização para os PCs, burocratizando suas estruturas, em um processo que tinha como foco eliminar qualquer divergência em relação à orientação majoritária, resultando um enfraquecimento do regime de democracia interna no partido e um empobrecimento do debate teórico tanto no Comitê Executivo da IC como nas seções nacionais. Este processo também deve ser entendido como o da pré-stalinização, como o definiu Pierre Broué, em sua *História da Internacional Comunista* ⁴⁰. Fica claro que, em razão do parco interesse pelos chamados países coloniais, especialmente os da América Latina, tais alterações na orientação internacional não foram pensadas para a realidade da luta de classes no Brasil, palco de atuação do novo PCB. Todavia, é importante assinalar que justamente neste momento é que o jovem partido aderiu ao “exército da revolução mundial”, organicamente vinculado à IC, desenvolvendo-se sob sua perspectiva, sem qualquer possibilidade de recuo ao passado de discussões e de democracia partidária interna experimentada anteriormente.

Tal situação configurou um curioso quadro para o comunismo no Brasil. De um lado, longínquos e inatingíveis “modelos” (o PCUS e a IC) e, de outro, a tentativa de elaboração por parte do PCB de uma via que não contrariasse os ditames de Moscou, mas que fosse compatível com a realidade brasileira. O resultado foi um partido com enormes dificuldades, quase sempre beirando a impossibilidade, para transformar-se em um partido de massas.

⁴⁰ BROUÉ, Pierre. *Op. cit.* (vol. 1), p. 475.

Desde sua fundação o PCB tinha como meta a constituição de sua juventude, já definida em seu primeiro estatuto ⁴¹. No entanto, a Juventude Comunista somente foi efetiva e formalmente constituída em 1927. Nos outros países latino-americanos a criação das Juventudes Comunistas também se fez lentamente. Até 1929, além do Brasil, haviam sido criadas seções juvenis no México (1920), na Argentina (1921) e no Uruguai (1923). Somente na Argentina havia uma tradição de organização juvenil originária do Partido Socialista e que remontava a 1912 ⁴², nos demais países ela ocorreu a partir da existência dos partidos comunistas.

O universo de preocupações que se apresentava à Juventude Comunista do Brasil era bastante amplo. A começar pelo seu potencial público. Fazendo uso dos dados de Censo de 1º de setembro de 1920, os comunistas afirmavam que havia, em uma população total de 30.635.605 habitantes no Brasil, “1.789.876 jovens operários, dos quais 1.254.431 trabalhavam no interior do país, na produção de matérias-primas, na agricultura e nas minas”. Mas, sem dúvida, as questões em torno das quais a Juventude Comunista pretendia ter como foco de atenção e atuação ampliavam em muito as que já eram postas ao PCB quando se ocupava do mundo do trabalho. A percepção do universo de intervenção e dos problemas da juventude operária que a Juventude Comunista apresentava mostra certa acurácia:

Existe um Código de Menores que legisla sobre a presença de menores em teatros, cinemas, crianças abandonadas, etc., contém um capítulo sobre o trabalho dos jovens, capítulo que a burguesia “ignorava”. A legislação é ridícula porque embora limite o trabalho dos jovens nas fábricas a 6 horas, proíbe o trabalho de crianças, etc., ela (além de não ser cumprida) não se preocupa com os salários, não levando em conta que o emprego dos menores é a resultante da grande miséria que reina no proletariado. [...] A repressão patronal e policial, a debilidade do movimento sindical, a analfabetismo da maioria dos jovens operários, as dificuldades para as reuniões [...], a religião, o domínio completo do esporte burguês, um professorado corrompido pelo patriotismo e a religião. ⁴³

⁴¹ Art. 11º - É dever de cada centro organizar uma juventude comunista constituída por jovens menores de 18 anos. Os que ultrapassem essa idade podem permanecer na juventude, com a obrigação, porém, de se filiarem diretamente ao Partido.

Art. 12º - As juventudes comunistas, para serem reconhecidas como tais, devem aceitar os princípios fundamentais do Partido e adotar estatutos concordes com os mesmos, sob o controle da Comissão Central Executiva e dos centros. Quanto aos demais, gozam da plena autonomia, quer no concernente à sua constituição interna como sobre a forma de desenvolver sua propaganda.

⁴² INTERNACIONAL COMUNISTA. Secretariado Sul-Americano. *El movimiento revolucionario latino-americano*. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, [1929], p. 349.

⁴³ La organización juvenil comunista. *Correspondência Juvenil Latino Americana*. Buenos Aires, nº 1, jan. 1929. p. 24.

Até ali as diminutas forças do PCB não tinham sido capazes de abrir frentes de intervenção que fossem além dos sindicatos e da disputa pela hegemonia ideológica com os anarquistas no movimento dos trabalhadores. As primeiras tentativas de organização da juventude, pondo-se de lado a protocolar referência à constituição da organização juvenil existente nos seus Estatutos, ocorreram em 1925. Durante os trabalhos do II Congresso do PCB, realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 18 de maio de 1925, a discussão sobre a Juventude foi trazida à baila através de uma curta resolução sobre “A organização das Juventudes Comunistas”:

Não é preciso mais insistir sobre a importância das Juventudes Comunistas para o movimento proletário. A importância da criação da vanguarda dos jovens militantes é tanto maior agora, quanto a sua organização, obedecendo à mesma orientação da organização do partido, isto é, sendo feita à base de células, vai conquistar os jovens obreiros e proletários dentro das próprias oficinas e lugares de trabalho.

Já na conferência da C.C.E. Ampliada do P.C.B., em Janeiro de 1924, foi tratado o assunto e se recomendou às seções que cuidassem da organização da J.C.

Infelizmente, só no Rio se tratou disso e isso mesmo de modo deficiente. No entanto, avulta, cada vez mais, a necessidade de se encarar a questão da organização das J.C.

O II Congresso do P.C. recomenda às seções uma redobrada energia neste ramo da propaganda e organização do P.C.

Em tempo, a C.C.E. fará circular o material informativo sobre o assunto.⁴⁴

Logo após o II Congresso foi constituído uma Comissão Central Executiva Provisório da Juventude Comunista do Brasil, que tinha como secretário Luiz Perez, operário vassoureiro, fundador do PCB e membro da CCE do PCB.

Na documentação preservada nos arquivos da Internacional Comunista, o mais antigo documento ali é uma carta de Perez, datada de 8 de maio de 1925, dando conta da constituição da CCE Provisória e solicitando material de divulgação à IJC.

Pouco tempo depois, Perez enviou à IJC um relatório mais detalhado, mas que apenas reforçava a constatação de pouca atividade. As informações detalhavam mais as atividades desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro, onde estava sediada a CCE do PCB. Após a constituição da CCE provisória da Juventude, esta decidiu promover

⁴⁴ A organização das Juventudes Comunistas. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *II Congresso do P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Teses e resoluções*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1925, p. 22.

reuniões de propaganda abertas a militantes ou não, nas quais se obteve a adesão de quatro novos militantes. Tais reuniões foram substituídas por um curso para militantes, para o qual estavam inscritos dez militantes, número que parece indicar a composição das forças da Juventude no Rio de Janeiro.

Perez, em seguida, narrou as tentativas realizadas em outros locais. Feita através de sucessivos e insistentes pedidos feitos por carta, a iniciativa não produziu nenhum resultado apreciável. Assim, fica-se sabendo que a cidade de São Paulo tivera naquele período três responsáveis pela Juventude, sendo que o último dissera que não conhecia nenhum jovem e acabou se demitindo. Em Santos havia um aderente. De outras localidades, como Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo, os parques militantes pareciam, nas palavras de Perez, terem sido tragados pela terra. E, furioso, concluiu:

Ora, decididamente, isto não pode continuar. Entendemos que cada um tem o dever de empregar o máximo do seu esforço no trabalho para o qual foi designado. Já bastam as dificuldades que temos, oriundas do estado de sítio, que nos impedem de fazer um trabalho de propaganda dentro da legalidade, e ainda por cima: a inércia, o descaso, o desleixo e o desinteresse daqueles que assumem compromissos.⁴⁵

Em 1926 existiam, como relata Leôncio Basbaum em suas memórias⁴⁶, células de estudantes, cujos objetivos e atividades, no entanto, não eram entendidas como integrantes do trabalho de juventude. Tal assimilação somente ocorreu posteriormente.

Nesta época, como indicador da percepção de que na sociedade brasileira a participação de juventude na política ultrapassava as fronteiras de esquerda, ocorreu o episódio de curta duração do Partido da Mocidade. Ele surgiu como expressão, de um lado, da consciência de determinados setores da elite política brasileira da exaustão da chamada “política dos governadores” e, de outro, da necessidade de uma “renovação” para que não se corresse os riscos de uma brusca interrupção de seu predomínio. Ele foi fundado em São Paulo no final de 1925, com o propósito de “regenerar a vida política” do País. Pretendia agrupar eleitores com até 35 anos de idade “para forçar e abrir a porta que nos levará à conquista integral do nosso programa. Essa porta é o voto

⁴⁵ PEREZ, Luiz. *Relatório do encarregado do serviço da J.C. na C.C.E. do P.C.B.*[Rio de Janeiro], s.d. [RGASPI, 533.10.599]

⁴⁶ BASBAUM, Leôncio. *Op. cit.*, p. 39.

secreto”. Tal programa, expresso em seu manifesto, e retomando ideais do manifesto republicano de 1870, previa “purificação das práticas políticas nas esferas representativas”, despertar a “consciência cívica dos cidadãos”, favorecer e nacionalizar o ensino, “virilizar o povo e sanear a terra”, justiça ao alcance de todos, “organização das classes conservadoras e proletárias”, criação de caixas de aposentadoria e pensão para todos trabalhadores, proteção do cooperativismo e aproximação com os países da América Latina. Nunca é demais ressaltar, além de certo odor fascista, a similaridade de tal programa com o dos “tenentes”, que, na sua síntese “Representação e Justiça”, enfatizavam reformas políticas e jurídicas em suas propostas para a sociedade brasileira⁴⁷.

O seu surgimento chegou a criar polêmicas nas fileiras comunistas, empolgando militantes que nele viram a possibilidade de aproximação com a pequena burguesia, orientação esta aprovada nas resoluções do II Congresso do PCB. Tal entusiasmo acabou em razão da reação da direção do PCB, expressa por seu secretário geral, Astrojildo Pereira. Este manifestou sua “opinião desfavorável a qualquer colaboração política” com o Partido da Mocidade. Justificava-a pelo fato de o Partido da Mocidade representar, na melhor das hipóteses, simplesmente “uma pura ilusão democrática e liberal”, e, sobretudo, pelo fato de ignorar as diferenças de classe:

Ele supõe – se é que o supõe – poder agrupar em seu seio, sem contradição nem antagonismo, a mocidade ‘burguesa’ e a mocidade ‘proletária’. Ilusão perigosa. Toda colaboração de classe resulta sempre, efetivamente, em ‘sujeição’ da classe operária à classe burguesa. Pois os seus ‘interesses’ são antagônicos. A ideologia? Mas a ideologia é, em seu mais íntimo substrato, ditada pelo interesse de classe. Isto é elementar e só os inimigos – fracos ou disfarçados – do proletariado procuram negá-lo. Mas sem êxito.⁴⁸

Pereira alertava para o fato de que tais contradições levariam os “bons elementos” do Partido da Mocidade a um impasse: submissão ou cisão. Ele previu que tal situação resultaria na morte do Partido da Mocidade “como partido ‘somente’ dos ‘moços’, sem diferença de ‘classe’”. De fato, pouco tempo depois o partido deixaria de existir, pois parte significativa de seus membros entraria, em maio de 1926, para o Partido

⁴⁷ Partido da Mocidade. Manifesto do Partido da Mocidade: À Nação. *Folha da Manhã*. São Paulo, 20/11/1925, p. 8. Cf. também DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 250 (nota 102).

⁴⁸ Astrojildo Pereira. O Partido da Mocidade e a Coligação Operária. *Commercio de Santos*. Santos, 06/03/1926, p. 2. O mesmo artigo também foi publicado em *O Solidário*. Santos, nº 39, 24/02/1926.

Democrático de São Paulo, fundado em fevereiro daquele ano ⁴⁹, e que não criou nenhuma seção de juventude em suas fileiras.

Em fins de 1926, o até então responsável, na direção do PCB, pela Juventude Comunista, o vassoureiro Luís Peres, afastou-se do cargo, deixando o Rio de Janeiro por razões pessoais. Este fato motivou a Comissão Central Executiva (CCE) do PCB a buscar a efetiva organização da Juventude Comunista nos mesmos moldes em que existia em outros países, superando o estágio inorgânico que até então tivera o trabalho entre os jovens. Para tanto se fez, como narrou Leônicio Basbaum em suas memórias, uma “experiência-piloto” em Recife, onde o memorialista, em férias de seu curso de Medicina, iria rever sua família. Ali, durante dois meses, Basbaum, fazendo uso do futebol como elemento de agregação, reuniu mais de 20 jovens e organizou o primeiro Comitê Regional da futura Juventude Comunista ⁵⁰.

Após seu retorno, em abril de 1927, Basbaum foi incorporado à CCE, com direito a voz e voto, como representante da Juventude Comunista. Basbaum dividiu suas tarefas de direção da Juventude com os estudantes universitários Manuel Karacik e Francisco Mangabeira, que buscaram logo contatar a IJC.

A NAÇÃO E A JUVENTUDE

Algum tempo antes das negociações para a formação do Bloco Operário, posteriormente Bloco Operário e Camponês, e da composição da sua chapa eleitoral, no final do governo de Washington Luís, o PCB recebera uma oferta inesperada por parte de Leônidas de Rezende, um professor de Direito que, juntamente com Maurício de Lacerda, editara um jornal de oposição que fora fechado pelo estado de sítio em 14 de julho de 1924. Desde então, sem atividades públicas, aproximara-se das idéias comunistas através da leitura de Marx e Engels, mas, de modo curioso, pretendia conjugá-las com as positivistas de Auguste Comte. Em fins de agosto de 1926, Leônidas de Rezende propôs aos comunistas a retomada da publicação do jornal, desta vez como órgão comunista a serviço do PCB. Esta oferta, posteriormente, foi classificada por Maurício de Lacerda como desleal e desonesta, pois teria sido feita sem o seu conhecimento, já que seria sócio de Rezende na publicação. Durante a campanha

⁴⁹ CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 173 (nota 95).

⁵⁰ BASBAUM. *Op. cit.*, p. 42-44.

eleitoral, no entanto, esta sociedade foi negada, afirmando-se que Lacerda era apenas um empregado e que teve o seu nome colocado no expediente do jornal em razão de uma circunstância de ocasião⁵¹. As condições dessa proposta foram assim detalhadas em correspondência enviada pelo secretário geral do PCB à Internacional Comunista:

“Temos agora aqui um fato de grande importância. Um jornalista burguês da oposição, que esteve preso e foragido durante estes quatro últimos anos, desde a revolta de 1922, declara-se comunista e disposto a trabalhar de comum acordo com o Partido. É homem moço (40 anos no máximo), culto, especialista em assuntos financeiros e chegou ao comunismo – diz ele – através de estudos sistemáticos da questão social, que fez durante os ócios forçados destes 4 anos. Ele possui 5 linótipos e uma grande rotativa moderna e vai montar um diário da tarde (*‘A Nação’*, que ele publicava antes da revolta). Para isso procurou-nos e propôs-nos: a) organizar a redação de acordo e com elementos fornecidos pelo P.C.; b) o diário não aparecerá como jornal comunista oficial, mas, embora de propriedade e obediente à direção de seu proprietário, será um jornal substancialmente comunista, politicamente controlado pelo P.C.; c) as oficinas (*talleres*) ficarão à disposição do P.C., que nelas poderá fazer o seu órgão oficial, como semanário ou diário da manhã. Nós não decidimos ainda nada em definitivo. Estamos em negociações. Mas em princípio aceitamos as propostas feitas. Sem ilusões que nos possam prejudicar, entendemos que este fato contribuirá em grandíssima parte para resolver o nosso programa da imprensa. Temos, assim, a possibilidade de publicar 2 diários: *‘A Classe Operária’*, órgão oficial do P.C.B., pela manhã, e *‘A Nação’*, pela tarde, controlado pelo P.C. E teremos ainda as máquinas para o resto! Converse sobre isto com [Andreu] Nin e Ercoli [Palmiro Togliatti] e escreva-me a respeito. Brevemente enviaremos ao Comintern uma comunicação oficial sobre o que tivermos decidido.”⁵²

Foi basicamente este formato exposto por Astrojildo Pereira que acabou sendo acordado, com apenas algumas formalidade legais: o título foi doado ao PCB, bem como o “uso e gozo de suas máquinas e contratos, sem qualquer lucro ou benefício individual sobre um capital avaliado em 700 contos de réis”, sendo transformado em propriedade de uma “Sociedade Cooperativa Proletária organizada pelo P.C.B.”⁵³. Com o acordo selado, o breve lançamento de *A Nação* foi tornado público, em 8 de novembro de 1926⁵⁴; dada a expectativa de que, tão logo tomasse posse em 15 de novembro, o presidente Washington Luís revogasse o decreto do estado de sítio. No entanto, o

⁵¹ - Resposta a um fantoche-confusionista. *A Nação*. Rio de Janeiro, 12/02/1927, p. 1 e 6.

⁵² - Carta de Astrojildo Pereira a Caro Codo [Victorio Codovilla]. Rio de Janeiro, 02/09/1926, p. 1-2 (RGASPI).

⁵³ - Presidium do PCB. “A Nação”, Leônidas de Rezende e o Partido Comunista do Brasil. *A Nação*. Rio de Janeiro, 01/02/1927, p. 1.

⁵⁴ - *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 23/07/1927, p. 2.259; Edgard Carone. *Classes sociais e movimento operário*, p. 174.

decreto vigorou até o final do ano, não sendo mais renovado. Com isso, *A Nação* acabou saindo a público somente no início de 1927.

Ao findar-se o estado de sítio, em 31 de dezembro de 1926, o PCB já tinha articulada sua estrutura básica para participar das eleições no Distrito Federal para escolha de seus deputados federais: um candidato com expressão eleitoral própria disposto a apoiar a plataforma do Bloco Operário e um jornal diário para levar seus pontos de vista a uma grande parcela da população carioca, muito além da atingida até então pelo partido.

Assim, no dia 3 de janeiro de 1927 aparece o primeiro número de *A Nação*. No cabeçalho, do lado esquerdo do título, havia o símbolo comunista da foice e do martelo, ao qual era sobreposto o dístico do *Manifesto Comunista*, “Proletários de todos os países, uni-vos!”, encimava-o um trecho do hino “A Internacional”, “Não há direitos para o pobre, ao rico tudo é permitido” e do lado direito havia uma frase de um expoente do socialismo internacional, como Marx, Lênin, Bebel etc., que era diariamente renovada. Inicialmente publicado com seis páginas, que foram reduzidas a quatro a partir de 16 de fevereiro, era, como não poderia deixar de ser, um jornal predominantemente político, com artigos sobre questões locais, regionais, nacionais ou internacionais. Ao movimento sindical era dedicada uma página diária, sob o título “Movimento Sindical”, onde, além de artigos, manifestos etc., eram publicados estatutos, pequenos comunicados, convocações para reuniões etc. Mas *A Nação* também possuía algumas características próprias de um diário, com seções dedicadas aos esportes e a bailes (que tinha o singular nome de “Vai Quebrar”), bem como aos “fait-divers”. Seus principais redatores eram Octavio Brandão, Paulo de Lacerda e Astrojildo Pereira. Leônidas de Rezende também publicava seus artigos, geralmente editoriais, nos quais apresentava seus heterodoxos pontos de vista sobre marxismo e positivismo, que, apesar de duramente criticados por Brandão, acabavam sendo publicados pela interferência apaziguadora de Pereira, aparentemente receoso de se indispor com Rezende⁵⁵.

A reversão da inferioridade inicial que o Bloco Operário possuía em relação ao andamento do processo eleitoral teria de ser feita por meio da intensificação da

⁵⁵ - Octavio Brandão. *Combates e batalhas. Memórias* (vol. 1), p. 331-333; John W. Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas*, p. 254-255. Ver também Leandro Konder. *A derrota da dialética*, p. 152-154.

propaganda de massa, aqui compreendidas tanto as formas de interação direta, como palestras, comícios, festas, como indireta, por meio de *A Nação*, panfletos, cartazes etc. Nisso, o diário comunista tinha um peso significativo, pois por seu intermédio o Bloco Operário podia atingir um público muito mais amplo do que aquele que participava de atos públicos. Também o PCB beneficiava-se pela aquisição de novos militantes, que a ele aderiam pela publicidade dada às idéias e às práticas dos comunistas expostas nas páginas do jornal. Assim, o incentivo que o jornal dava aos seus leitores para que relatassem - de maneira direta ou aos seus redatores - suas condições de vida tinha como resultado a produção de matérias e reportagens, que, por sua vez, subsidiavam a intervenção dos candidatos e apoiadores do Bloco Operário, ou vice-versa, quando realizavam comícios nos bairros e fábricas⁵⁶.

A campanha levada a efeito pelas páginas de *A Nação* era dirigida fundamentalmente ao proletariado e à pequena burguesia. Esta campanha buscava essencialmente, de um lado, qualificar o Bloco Operário como “o” representante do proletariado carioca no processo eleitoral e, de outro, desclassificar aqueles candidatos que diziam possuir a habilitação que o Bloco reivindicava exclusivamente a si e deixar claro quem eram e que interesses defendiam os demais candidatos.

O modo pelo qual *A Nação* procurava estabelecer vínculos e ser a expressão da pequena burguesia era, sobretudo, por meio da publicação de um grande número de matérias referentes ao movimento “tenentista” e à questão militar. Já com relação ao proletariado havia uma maior amplitude de objetos e formas, desde matérias sobre as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, que expunham de forma cotidiana e prática vários pontos da plataforma do Bloco Operário - como a questão da habitação, da reforma monetária e da carestia, da penetração imperialista no Brasil, da anistia, das leis de exceção e da legislação social, em particular da aplicação da lei de férias -, passando por textos referentes à União Soviética - que remetiam, portanto, à questão de um possível futuro da classe trabalhadora brasileira -, ao esporte e ao lazer, até textos sobre o movimento sindical, concentrados na página sindical, expressando suas lutas, propostas e reivindicações. E isto se dava com um volume de informação

⁵⁶ - Veja-se, por exemplo, que a publicação de uma matéria sobre as oficinas ferroviárias do Engenho de Dentro (Na Bastilha de Engenho de Dentro. *A Nação*. Rio de Janeiro, 16/02/1927, p. 1-2) foi publicada no dois dias depois de um comício ali realizado. No sentido oposto pode-se ver o caso da matéria sobre a fábrica de tecidos Corcovado, publicada na edição de 27 de janeiro, enquanto o comício aconteceu no dia 11 de fevereiro.

específica relativa ao mundo do trabalho que não tinha paralelo naquele momento com qualquer outro periódico carioca.

Aproveitando-se do curto período de semilegalidade que viveu o PCB nos oito primeiros meses de 1927, fez-se, sobretudo pelas páginas do diário oficial do partido, *A Nação*, agitação em favor da organização da Juventude Comunista.

As várias ações propostas e desenvolvidas nas páginas do diário buscavam a consolidação da organização juvenil comunista. Logo nos primeiros números do diário encontra-se a iniciativa da formação da União da Juventude do Comércio e da Indústria, que fora proposta a partir da visita de uma comitiva de jovens à redação de *A Nação*, que foram retratados nas suas páginas ⁵⁷. A estes jovens, em grande maioria portando paletós, chapéus e gravatas, lhes foi proposta a criação de uma entidade voltada para a organização do trabalho dos jovens trabalhadores do comércio ou que buscavam nele se inserir ⁵⁸, mas que não apresentava um vínculo explícito com o PCB. Ela possuía mais a forma de uma organização que serviria para uma posterior arregimentação de militantes. A sua preocupação voltava-se para o campo sindical e o das condições de vida dos jovens trabalhadores:

É verdadeiramente trágica a vida que levam os pequenos proletários que buscam um emprego no comércio e na indústria. Moram longe: em Bangu, em Campo Grande. Têm de acordar muito cedo. Se perdem o trem, chegam tarde ao escritório ou à fábrica, e perdem o dia. Os salários atingem no máximo 150\$ a seco. O normal é 100\$. E essas pobres crianças vivem a alimentar-se com médias a pão. Começam a ficar desesperadas. A tuberculose, então resolve o problema.
Eis o que espera a juventude em regime capitalista: fome, exaustão, a miséria e a morte. ⁵⁹

Dessa iniciativa resultou a criação da Comissão Organizadora da União da Juventude do Comércio e da Indústria, a qual, a julgar pelo noticiário de *A Nação*, acabou não vingando.

⁵⁷ “Viva a União da Juventude do Comércio e da Indústria!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 271, 4/1/1927, p. 6.

⁵⁸ “União da Juventude do Comércio e da Indústria: A tragédia dos pequenos proletários”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 273, 6/1/1927, p. 3; “Aos jovens proletários do comércio e da indústria”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 275, 8/1/1927, p. 3; Antonio R. Sobrinho. “Pela juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 284, 19/1/1927, p. 3; Artur Ribeiro. “Viva a União da Juventude do Comércio e Indústria”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 275, 8/1/1927, p. 3;

⁵⁹ “União da Juventude do Comércio e da Indústria: A tragédia dos pequenos proletários”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 287, 22/1/1927, p. 3.

Outras iniciativas desse gênero apresentadas nas páginas de *A Nação* tinham como foco retratar e denunciar as penosas e precárias condições de trabalho, os baixos salários ofertados pelas empresas, a sua condição de reserva de mão-de-obra para provocar o rebaixamento dos salários e isso jogá-los contra os trabalhadores mais velhos, as agressões e tratamentos desrespeitosos de que eram vítimas por parte das chefias a que eram submetidos os jovens. Além disso, os jovens trabalhadores eram alertados sobre a importância da educação e do lazer ⁶⁰. Estas matérias envolviam as mais variadas categorias profissionais como trabalhadores têxteis; vendedores de jornal; alfaiates; telefonistas; engraxates; aprendizes metalúrgicos; trabalhadores da construção civil; trabalhadores na indústria de fogos de artifício; trabalhadores em fábricas de bebida ⁶¹. Estes textos de modo geral encerravam-se com apelos para que os jovens se organizassem, sendo que, por vezes, ora os apelos apontava às suas organizações de classe, ora, posteriormente, à Juventude Comunista:

Nós, os jovens, somos explorados miseravelmente e sem a menos consideração dos patrões, isto é, a burguesia. Trabalhamos quatorze e quinze horas por dia, quando deveríamos trabalhar 8 horas. O descanso semanal está sendo burlado.

Em grande número de estabelecimentos o descanso é quinzenal.

Tratam-nos como se estivéssemos no tempo da escravidão. Os nossos ordenados são simplesmente ridículos. Ganhamos geralmente de 80\$000 a 120\$000, quando, só pela habitação, gastamos mensalmente 30\$000, mesmo assim morando 3 ou 4, num quarto só, sem higiene, sem sol, sem ventilação. Temos de vestir-nos, comprar calçados, alimentar-

⁶⁰ H. Ferreira Lima. “À juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 07/1/1927, p. 6.

⁶¹ “Como são tratados os pequenos jornaleiros!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 7/1/1927, p. 2; “Aos jovens em fábricas de tecidos”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 7/1/1927, p. 3; “Jovens tecelões, organizai-vos dentro de União e dentro da Juventude Comunista”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 382, 16/5/1927, p. 3; H. Ferreira Lima. “À juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 07/1/1927, p. 6; “Triste sorte a das telefonistas”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 272, 5/1/1927, p. 5; “As telefonistas da Light e a nossa publicação a respeito das explorações de que são vítimas”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 7/1/1927, p. 6; “Maldade e inconsciência: por que perseguir os pequenos engraxates?” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 292, 28/1/1927, p. 1; “As crianças proletárias: Abaixo a exploração na metalurgia!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 293, 29/1/1927, p. 4; “Trágico!!! Caiu do alto de um arranha-céu ao solo. A vítima é um menino operário de quatorze anos, apenas. Esta a sorte desgraçada dos pobres neste regime!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 300, 7/2/1927, p. 6; “Sobre a morte do menor operário Waldemar da Silva”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 301, 8/2/1927, p. 2; “Sobre a morte do pequeno operário Waldemar da Silva”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 302, 9/2/1927, p. 2; Bernardo Braúna [possivelmente pseudônimo de Octavio Brandão]. “Jovens proletários de pé! O caso do menor Waldemar”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 303, 10/2/1927, p. 4; “Na negra noite do sítio bernardesco: Um bandido leva À morte um infeliz menino de 14 anos”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 310, 18/2/1927, p. 1; “Nos majestosos ‘rasga-cielos’ da Avenida. Entre operários daquelas arriscadas construções. A vida trágica dos meninos proletários. E não há questão social no Brasil?” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 311, 19/2/1927, p. 2; “Horível explosão no Rio Comprido. Morte de um jovem e diversos feridos”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 315, 24/2/1927, p. 4; “Na Companhia Cervejaria Brahma”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 408, 15/6/1927, p. 3.

nos. Os nossos ordenados, mesquinhos, não chegam para nada. E, além destas despesas, temos de mandar lavar a nossa roupa. Acresce ficarmos desempregados, outras vezes doentes; e então é a miséria na mais terrível acepção da palavra! Esta situação não pode continuar, jovens companheiros, precisamos organizarmo-nos!⁶²

Havia também as iniciativas que se voltavam para evocação de datas e personagens da história ligadas à juventude, em particular Karl Liebknecht⁶³. No campo brasileiro *A Nação* buscava estabelecer marcos de referência nacionais ao publicar textos sobre jovens que foram vitimados pela ação tanto do governo contra seus ideais como pelas péssimas condições de trabalho. Assim, neste rol foram incluídos tanto o jovem aluno da Escola Militar que perdeu sua vida em um dos combates da Coluna Prestes, Azhaury de Sá Brito Souza ou dos jovens rebeldes tenentistas José Cavaoli e Miguel Rossi, deportados e mortos no desterro em Clevelândia ou, ainda, de outros jovens que naquele lugar de desterro perderam as suas vidas como resultado de arbitrariedades as mais variadas, bem como o jovem trabalhador Waldemar da Silva que perdeu sua vida em um acidente de trabalho⁶⁴.

No caso do jovem Waldemar da Silva, *A Nação* abriu espaço ao episódio em suas colunas durante vários dias. Este menino de 14 anos morreu, num domingo, por volta das 14:30 horas, em uma queda do 14º andar de um edifício em construção onde trabalhava no centro do Rio de Janeiro. A sua morte assim foi descrita pelo diário comunista:

⁶² Antônio Durão Domingues. “Aos jovens operários!”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 278, 12/1/1927, p. 6.

⁶³ “Nesta data em 1871 nascia Carlos Liebknecht”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 279, 13/1/1927, p. 4; “Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 281, 15/1/1927, p. 1 e 5.

⁶⁴ “Como desapareceu, nas barrancas do Paraná, Azhaury de Sá Brito Souza”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 285, 20/1/1927, p. 1; “As vítimas do bernardismo assassino: Um jovem que morre no ‘Inferno Verde’”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 296, 2/2/1927, p. 6; “As vítimas do bernardismo assassino: Mais um jovem morto na Clevelândia”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 297, 3/2/1927, p. 1; “Trágico!!! Caiu do alto de um arranha-céu ao solo. A vítima é um menino operário de quatorze anos, apenas. Esta a sorte desgraçada dos pobres neste regime!”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 300, 7/2/1927, p. 6; “Sobre a morte do menor operário Waldemar da Silva”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 301, 8/2/1927, p. 2; “Sobre a morte do pequeno operário Waldemar da Silva”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 302, 9/2/1927, p. 2; Bernardo Braúna [possivelmente pseudônimo de Octavio Brandão]. “Jovens proletários de pé! O caso do menor Waldemar”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 303, 10/2/1927, p. 4; “Nos majestosos ‘rasgacielos’ da Avenida. Entre operários daquelas arriscadas construções. A vida trágica dos meninos proletários. E não há questão social no Brasil?”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 311, 19/2/1927, p. 2.

Pendurado em um andaime mal seguro, no 14º andar, Waldemar, ao dar aviso para funcionar o elevador, teve necessidade de encostar-se a um sarrafo. Este não estava bem pregado e a infeliz criança, perdendo o equilíbrio, caiu daquela altura. Momentos de horror! Instantes de uma agonia atroz. Cá em baixo o desgraçado arrebentou o crânio, morrendo instantaneamente!⁶⁵

Este trágico episódio, que se fez acompanhar de uma grande foto de seu corpo estendido no chão, propiciou aos comunistas, em seu permanente confronto com o capitalismo, mais uma oportunidade de denunciar as burlas cometidas pelos capitalistas, tanto no que se refere à segurança no trabalho como ao descanso semanal e de, ao mesmo tempo, tratar da questão da exploração do trabalho de menores:

Geralmente é com 14 anos que os meninos pobres, depois de suportarem fome e tormentos de toda ordem nos seus casebres em que domina a miséria, é com quatorze anos que eles são mandados a trabalhar fora, para conseguir parcas, insignificantes recursos, com que mascare a fome de sua família. O trabalho que os desumanos impõem a esses pequenos organismo em formação é um trabalho para gigante. Doze horas e mais, às vezes, de serviço ininterrupto.

E os meninos pobres não têm meios de se alimentar convenientemente, porque a paga que recebem não dá nem para isso.

Sobrepuja, porém, a todo esse infame procedimento o fato de obrigar meninos a um trabalho estafante até aos domingos.

Nem um dia possuem, assim, essas pobres vítimas, sacrificadas à sanha dos burgueses de bandalho cheio, nem um dia possuem elas para descanso! Isso contraria todos os princípios da fisiologia e vai ainda de encontro às próprias leis burguesas referentes ao descanso semanal.⁶⁶

Como resultado dessa primeira matéria, um grupo de trabalhadores estucadores da obra foi à redação de *A Nação* manifestar apoio ao texto publicado na véspera. Além disso, informaram que naquela mesma obra trabalhavam cerca de 20 menores e que o proprietário do edifício e a seguradora da obra contribuíram com recursos para o funeral de Waldemar da Silva. Ato este que recebeu o indignado comentário dos comunistas: “Mas que perversidade! Duzentos mil réis, cem mil réis não dão para tapar o buraco de um dente”⁶⁷.

⁶⁵ “Trágico!!! Caiu do alto de um arranha-céu ao solo. A vítima é um menino operário de quatorze anos, apenas. Esta a sorte desgraçada dos pobres neste regime!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 300, 7/2/1927, p. 6

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ “Sobre a morte do menor operário Waldemar da Silva”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 301, 8/2/1927, p. 2.

De sua parte, o PCB, através de artigo assinado por Bernardo Braúna (provavelmente Octavio Brandão), além de enfatizar os temas do anti-capitalismo, da exploração do trabalho de menores, as insalubres condições de vida e de trabalho da juventude operária brasileira, lançou um apelo para que esta não permanecesse indiferente a este episódio e às demais questões suscitadas no artigo e seguisse o exemplo dos “nossos camaradas russos, arrasando a ferro e fogo a sociedade capitalista”. Para isto, concluía Brandão, era necessário que a juventude operária agrupasse as suas forças e organizasse a Juventude Comunista, ao lado do PCB ⁶⁸.

Também se encontram ao longo das páginas do diário comunista artigos dedicados à questão do militarismo, nos quais são tratadas tanto questões relativas ao crescente armamento das Forças Armadas como a questão do serviço militar obrigatório, ponto este que afetava em especial a juventude ⁶⁹.

No caso do serviço militar obrigatório *A Nação* examinou com minúcias o texto da Lei nº 1.860, de 4/1/1908 e de seus sucessivos regulamentos, que trata como inconstitucional, os quais estabeleciam o serviço militar obrigatório e definiam os casos de dispensa. O autor do texto, ao citar as exceções ao exercício do serviço militar, concluiu que, “além de retrógrada e anárquica, é injusta. É branda para a burguesia e de arrocho para o proletariado”. Tais exceções deixavam claro o caráter de classe dos citados diplomas legais:

Os proletários, em geral, não são nem titulados de institutos de ensino superior e secundário, nem estudantes, nem possuidores de certificado oficial de instrução, nem sócios de tiros de guerra.

Estes são somente os filhos dos burgueses, dos que podem.

Os que não estudam e não se divertem nas linhas de tiro porque têm de viver do seu trabalho, estes não têm direito àquela dispensa, àquele favor: têm de gramar no duro todo o tempo do serviço militar. ⁷⁰

⁶⁸ Bernardo Braúna. “Jovens proletários de pé! O caso do menor Waldemar”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 303, 10/2/1927, p. 4.

⁶⁹ O militarismo no Brasil: A lei do sorteio não é para todos, mas somente para o proletariado”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 297, 3/2/1927, p. 2; O militarismo no Brasil: A lei do sorteio é também imoral arma de suborno”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 298, 4/2/1927, p. 1 e 2; O militarismo no Brasil: Deveríamos ser pacifistas, e, no entanto, despendemos com os serviços do exército e da marinha mais de 60% de nossas rendas. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 303, 10/2/1927, p. 2. “O militarismo no Brasil: O exército burguês deve ser destruído, destroçado e substituído por outro”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 311, 19/2/1927, p. 4.

⁷⁰ O militarismo no Brasil: A lei do sorteio não é para todos, mas somente para o proletariado”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 297, 3/2/1927, p. 2

Nem mesmo o estatuto do arrimo de família, exceção a qual, em tese, beneficiaria aqueles de menor poder aquisitivo e que o serviço militar impediria de continuar provendo a renda familiar, se exime desse caráter de classe:

O art. 124 do citado regulamento ainda dispensa desse serviço todos os *arrimos de família*, mediante condições e provas que estipula. Mas essas condições e provas são de tal ordem complicadas que delas se servem, delas se beneficiam, não verdadeiros, mas falsos arrimos de família, isto é, ainda os burguezocratas, aqueles que, com o dinheiro para a rabulice, não se apertam nunca.

Os outros, sem esse recurso, têm de ir mesmo para as fileiras. Têm de ir nelas aumentar sua miséria e a daqueles a quem sustentam.⁷¹

Nessa mesma série dedicada ao exame da Lei nº 1.860, o autor faz avultar a série de vantagens dadas aos funcionários públicos que fizeram o serviço militar e classifica tais disposições de “contrárias aos chamados direitos civis e político que formam a índole do regime republicano”. *A Nação* tais vantagens como imorais, além de incutir valores militares no poder público:

Os brasileiros devem recomendar-se a esses cargos, civis ou militares, não importa o posto, pelo seu passado e pelo seu presente, pela sua capacidade especial, quaisquer que sejam suas opiniões, e não pelas suas qualidades guerreiras, não pela sua atividade militar, não pela sua destreza no manejo das armas. O governo não pode sobrepor este elemento material àquele de ordem mental e moral.⁷²

Em prosseguimento aos textos sobre o sorteio militar, a série dá um salto e passa a tratar da questão da tomada do poder e do armamento dos operários. Num artigo foram apresentados extratos de textos de Bukharin, o qual tinha uma perspectiva mais claramente institucional, e de Lenin, que já trazia algo mais reflexivo sobre o papel das forças armadas, a respeito da constituição de organizações militares comunistas, que serviriam de base ao novo exército do proletariado. A estes textos, que não possuem obviamente uma atualidade para o Brasil, mas apontam para um futuro indeterminado, seguem algumas considerações a respeito de que no novo devem ainda ser conservados elementos do antigo e também isto se fará por vezes com a utilização da violência. E o

⁷¹ *Idem* (grifos do original).

⁷² O militarismo no Brasil: A lei do sorteio é também imoral arma de suborno”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 298, 4/2/1927, p. 2.

texto termina com um inacreditável conselho aos jovens operários sorteados para o serviço militar:

Portanto, proletários sorteados, já que sois vítimas da violência governamental, conservai convosco, depois de concluído vosso serviço militar, as armas que vos derem. Hoje, elas são instrumentos de castigo, de opressão, a vós imposto. Amanhã, serão os alicerces do novo Exército, que será vossa redenção.⁷³

Depois de voltar seus olhos à questão do serviço militar, a série dedicada ao militarismo passou em revista a política militar dos governos republicanos brasileiros. Antes de tudo afirma aos leitores do diário comunista que, de acordo com Constituição republicana, o Brasil deveria adotar uma política “pacífico-industrial” e não militarista. Lembra que a Constituinte republicana teria estabelecido, com este fito, o recurso ao arbitramento antes da guerra e o voluntariado, antes do sorteio obrigatório, para o serviço militar. Tais diretivas de índole pacifista logo se perderam e foram abandonadas em favor dos “mais retrógrados preconceitos imperialistas”. O primeiro ato nesse sentido foi a adoção da lei do serviço militar de 1908. Em seguida, foram lembradas aos leitores de *A Nação* as diversas missões militares brasileiras enviadas ao exterior com o fito de se instruírem militarmente, bem como as missões militares estrangeiras contratadas pelo Brasil para treinar as tropas nacionais, e as manobras militares nas fronteiras do sul do país, chamadas de “provocadores exibições bélicas”. Também aí foram destacados os pronunciamentos “guerreiros” de enviados brasileiros a conferências internacionais, bem como a oposição dessas delegações ao desarmamento ou à redução dos arsenais do Brasil. Por fim, chama a atenção para os elevados valores despendidos pelo país na manutenção de suas forças armadas, que seria de 60% da receita orçamentária do Brasil, “computados nesse cálculo os juros e amortização da dívida” relativos aos serviços do exército e da marinha. Tal conjunto, de acordo com os comunistas, empobreceu o Brasil e o isolou na América (“amados, mas temidos neste continente”). *A Nação* propõe, por fim, que tal quadro fosse modificado com a adoção da proposta do delegado argentino na Conferência de Santiago, de substituir os armamentos por escolas⁷⁴.

⁷³ “O militarismo no Brasil: O exército burguês deve ser destruído, destroçado e substituído por outro”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 311, 19/2/1927, p. 4.

⁷⁴ O militarismo no Brasil: Deveríamos ser pacifistas, e, no entanto, despendemos com os serviços do

Também os comunistas se valiam de iniciativas de jovens para tentar fazer o seu trabalho de formação. Mas, por vezes, elas não produziam o resultado desejado.

Exemplo disso foi uma carta enviada por “Um acadêmico comunista”, na qual, revoltado com mais um aumento que os membros do Congresso Nacional deram a si próprios, este sugeriu que *A Nação* propusesse um inquérito sobre o que a população pensava a respeito do Congresso Nacional, e lançaram a questão aos leitores ⁷⁵.

No entanto, as coisas não saíram como se imaginou. Acabaram sendo publicadas somente duas cartas: Uma desejando que os trezentos membros do Congresso tivessem apenas uma cabeça, para que o povo a cortasse de um só golpe e outra opinando pelo envio de todos os parlamentares à Clevelândia, o lugar de degredo criado para os presos políticos no governo de Arthur Bernardes. Ambas foram precedidas de um comentário indicando um desapontamento pela incompreensão dos leitores com relação ao que fora proposto pelo jornal. Nele, os comunistas puseram-se de acordo com a opinião pública na constatação do “desprestígio profundo e irremediável” do Poder Legislativo, que se agravava a cada dia. Frente a isso, prossegue o esclarecimento, era natural que surgisse a pergunta: Não seria contraditório, então, o PCB ter formado o Bloco Operário e lançado candidatos ao Congresso? Esta questão revelava, na opinião dos comunistas, uma incompreensão a respeito do papel do parlamento burguês, que classificavam como sendo uma instituição a serviço do capitalismo e contra o proletariado. Assim sendo, era natural que os parlamentares integrantes dessa “máquina legislativa da democracia burguesa” ali só elaborassem medidas contra “as classes pobres em proveito das classes ricas”, reproduzindo a lógica inerente que constituía o Estado burguês, da qual o Parlamento fazia parte, de oprimir as classes que se opunham aos interesses do capitalismo. E concluía:

Para destruir o parlamento é preciso destruir o Estado burguês, destruir a organização do poder capitalista, do poder ao serviço do capitalismo. É o que visa a revolução proletária, que levantará o Estado proletário – sem parlamento – sobre as ruínas do estado burguês. Foi isso que fizeram os comunistas russos, em 1917. É isso que estão preparando os

exército e da marinha mais de 60% de nossas rendas. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 303, 10/2/1927, p. 2.

⁷⁵ “A palavra da grande massa. Um estudante comunista propõe-nos o seguinte inquérito: Que pensam a mocidade, os operários, empregados do comércio e funcionários sobre o Congresso? Que todos no-lo respondam”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 276, 10/1/1927, p. 3.

comunistas do mundo inteiro, orientadores argutos que são das massas laboriosas em geral.⁷⁶

A proposição deixava claro que o fim último dos comunistas, com relação ao Parlamento, era a sua destruição. Mas isto, de qualquer modo, prosseguia o texto, era uma tarefa que se concluiria ao final de um “longo, penoso, rude, trabalho de anos inteiros, de organização e agitação” a que se dedicariam os comunistas, que não eram “sectários, nem idealistas, e sim políticos realistas”. Naquele instante era preciso fazer uso de todos os meios possíveis de combate para se chegar ao objetivo final. Um deles era justamente a participação em eleições:

É preciso que o proletariado ponha seus próprios representantes dentro do parlamento burguês para, lá de dentro, sob o controle das massas (por intermédio do partido), auxiliar a obra de desagregação do mesmo parlamento. Sabemos todos do alcance e da repercussão que têm as campanhas parlamentares simplesmente oposicionistas. Imagine-se o que não farão os verdadeiros representantes do proletariado, dentro do Congresso!⁷⁷

Com os estudantes os comunistas também procuraram criar área de influência. Uma delas foi a criação do Grupo de Renovação Universitária, no Rio de Janeiro. Entre as atividades desde organismo divulgadas por *A Nação* esteve uma manifestação convocada para protestar contra a atuação do imperialismo norte-americano na Nicarágua e no México e realizada na Faculdade de Direito e que contou com a participação de estudantes dessa faculdade e também de estudantes de medicina e de química⁷⁸. Nessa manifestação também fez uso da palavra um representante não identificado de *A Nação*:

Falou também o representante da *A Nação*, que examinou a atividade imperialista dos Estados Unidos nas Américas, a luta entre a Inglaterra e os Estados Unidos pelo domínio do México e da América do Sul, a intervenção na Nicarágua e a provável guerra contra o México. Esta última, continua o nosso representante, provocará uma nova guerra mundial mil vezes mais sangrenta que a de 1914-1918 para a qual o Brasil também será arrastado.

⁷⁶ - A palavra da grande massa. Que pensam a mocidade, os operários, empregados no comércio e funcionários pobres sobre o Congresso? Um esclarecimento necessário. *A Nação*. Rio de Janeiro: nº 279, 13/01/1927, p. 2.

⁷⁷ - *Idem*.

⁷⁸ “Abaixo o Imperialismo!!! A juventude estudiosa do Brasil condena energicamente a intervenção na Nicarágua e solidariza-se com o Governo do México!”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 282, 17/1/1927, p. 1 e 4.

E tudo isto por que? Os banqueiros norte-americanos lutam contra os da Inglaterra e as massas oprimidas do globo têm que selar com o seu sangue a vitória de um dos grupos! Na luta contra o imperialismo, os jovens estudantes brasileiros têm o dever de tomar parte ativa, organizando as massas do Brasil para as batalhas que vêm!

Ao longo das páginas de *A Nação*, durante aquele período de semilegalidade do PCB, ocorriam explicitamente manifestações de atuação da Juventude Comunista, como a transcrição de atas de reunião da sua Comissão Executiva, convocatórias para reuniões de suas várias instâncias, cursos para a juventude, publicação de manifestos de suas instâncias nacionais e internacionais (como a do 1º de Maio, de autoria do Secretariado Sul-Americano da IJC) e nas páginas do diário também se publicaram fichas de inscrição para a organização juvenil (a partir da edição de 1º de julho de 1927). Tais fichas, aliás, lhe renderam cerca de uma centena de militantes e permitiu o agrupamento reunir de cerca de 120 militantes, organizados em células no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos, São Paulo, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Vitória, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Em fins de maio, *A Nação* passou a trazer em suas páginas uma seção semanal intitulada “Juventude Proletária”, o que coincidiu com a volta de Leôncio Basbaum de Recife. O seu objetivo era o de intensificar e concentrar o que até então havia aparecido anteriormente nas páginas do diário comunista, seja sob a forma de pequenos artigos esparsos ⁷⁹ enfatizando a questão da necessidade da atuação política da juventude, seja sob as variadas formas que acima indicamos. Esta linha foi assim sintetizada:

Daí a necessidade imprescindível dos jovens operários se congregarem economicamente nos sindicatos e politicamente dentro da *Juventude Comunista do Brasil*, para, em frente única com os seus camaradas adultos, lutarem eficazmente contra a burguesia. ⁸⁰

⁷⁹ Cf. Heitor Ferreira Lima. “À Juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 274, 7/1/1927, p. 6; Antonio Durão Domingues. “Aos jovens operários!”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 278, 12/1/1927, p. 6; Antonio R. Sobrinho. “Pela juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 284, 19/01/1927, p. 3; Antonio Durão Rodrigues. “Aos jovens operários”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 286, 21/1/1927, p. 3; Antonio Durão Rodrigues. “Aos jovens operários!”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 288, 24/1/1927, p. 3; e “A mocidade e o comunismo”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 343, 31/3/1927, p. 3.

⁸⁰ “Juventude Proletária: Jovens operários de todos os países, uni-vos. Operários! Interessai os vossos filhos na luta pela libertação do proletariado”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 389, 24/5/1927, p. 4. Grifos do original.

Na apresentação da coluna eram apresentadas, pela primeira vez, em forma sistematizada as reivindicações que a Juventude Comunista do Brasil elaborara:

- 1 - Contra a exploração econômica da juventude operária
- a) Reivindicações gerais para todos os jovens menores de 18 anos.
 - 1 – Salários correspondentes ao nível de existência mínimo.
 - 2 – Luta contra a prolongação do dia de 8 horas, fazendo entrar as horas de estudos profissionais no dia de trabalho e pelo dia de 6 horas.
 - 3 – Mesma garantia dos socorros de chômage [desemprego] à juventude quanto aos adultos.
 - 4 – Colocação dos jovens sem trabalho nos ateliês profissionais.
 - 5 – Repouso do domingo de 24 horas (repouso dominical) .
 - 6 – Férias pagas de 4 semanas por ano.
 - 7 – Proibição do trabalho de noite e do trabalho dominical.
 - 8 – Proibição do emprego de jovens em empresas perigosas para a saúde (ramos especiais da indústria química, vidraçarias, trabalho subterrâneo nas minas).
 - 9 – Educação profissional obrigatória e gratuita até 18 anos.
 - 10 – Incorporação das horas de escola no dia de trabalho; sua remuneração como tais.
 - 11 – Instrumentos de trabalho gratuitos.
 - 12 – a) Conselhos de operários com direito a participar na elaboração do plano de estudo e da administração da escola. b) Proteção dos aprendizes.
 - 13 – Proibição dos castigos por decretos rigorosos sobre o direito de ter aprendizes.
 - 14 – Abolição dos contratos de aprendizagem individuais, contratos coletivos incluindo os aprendizes.
 - 15 – Controle do emprego dos aprendizes pelos sindicatos e os Conselhos de Usina.
 - 16 – Aprendizagem de dois anos.

A estas reivindicações seguia um texto de Leôncio Basbaum em que se enfatizava o crescente emprego de mão-de-obra juvenil por parte das empresas e que as precárias condições de trabalho acabam transformando o jovem trabalhador em um adulto sem saúde e enfraquecido mentalmente, incapaz de reagir e “apático a qualquer movimento de resistência contra a ganância capitalista”. Basbaum concluiu o seu texto enfatizando que seria somente através da organização dos jovens, do “proletariado de amanhã”, que se poderia mudar aquele quadro: “É pois vosso dever instruir-vos, e organizar-vos em sindicatos de indústria para aprenderdes a enrijecer desde já o vosso instinto revolucionário e o vosso caráter de combatente!”⁸¹

Na semana seguinte, após um texto de Arthur Basbaum⁸², o qual, a partir de uma notícia sobre uma covarde agressão sofrida por um jovem trabalhador de nove anos em

⁸¹ P. Leoncio. “O papel da juventude proletária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 389, 24/5/1927, p. 4.

⁸² Arthur B. “A bárbara escravidão da juventude operária nas fábricas”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 395,

uma fábrica de vidros de Niterói, reiterava a necessidade de organização da juventude nos sindicatos e na Juventude Comunista, anunciava-se a preparação de uma “Semana da Juventude Operária” para o final de junho.

Na terceira semana de existência de “Juventude Proletária” publicou-se um texto em que se comparavam as condições de trabalho da juventude brasileira e da soviética e outro, de Leôncio Basbaum, que relatava uma experiência de funcionamento de uma escola operária em Pernambuco, o Liceu Operário de Fernandinho, que abrigava sob suas paredes 60 alunos, entre oito e 14 anos ⁸³.

Na semana seguinte a coluna deixou de sair no dia em que originalmente era publicado (segundas-feiras). Nesse dia publicou-se um texto sobre a situação da juventude operária na União Soviética. Mas “Juventude Proletária” não deixou de ser publicada naquela semana, pois dois dias depois a coluna aparecia trazendo um texto sobre as condições de trabalho dos jovens na Cervejaria Brahma e uma carta, assinada por “Um jovem operário” de Sertãozinho, no interior de São Paulo, que trazia um apelo para que os jovens ingressassem na Juventude Comunista.

Na semana seguinte a coluna não é publicada, provavelmente pelo envolvimento de seus redatores na realização da Semana da Juventude Proletária, que aconteceria de 27 de junho a 3 de julho de 1927. Enfatizando a importância de sua realização pela primeira vez no Brasil, depois de mostrar o sucesso de sua realização em outros países (onde já se havia realizado entre 15 e 22 de maio de 1927), *A Nação* manifestava a expectativa de que a sua realização marcasse o despertar da juventude brasileira e a orientava:

Que devemos fazer, principalmente, nesta semana? – Propaganda pela organização! – Os jovens trabalhadores já orientados, devem orientar os seus camaradas! Os operários conscientes devem ensinar e educar os seus filhos e irmãos mais moços! Não deixar que as escolas burguesas desviem o sentimento de classe dos jovens!

Enfim, trabalhar por todos os meios, pelos jovens operários. Durante esta semana, todas as atividades devem ser para essa propaganda! Todos os trabalhadores, comunistas ou não, todos os intelectuais simpatizantes, professores de escolas operárias, por dever de consciência, nesta semana de 27 a 3 de julho, devem fazer o possível pela educação proletária dos jovens operários! ⁸⁴

31/5/1927, p. 2.

⁸³ B. Leoncio. “Uma escola operária em Pernambuco”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 400, 68/6/1927, p. 2.

⁸⁴ “Começa hoje a semana da Juventude Proletária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 418, 27/6/1927, p. 1.

Durante a semana se publicaram textos tratando da questão da juventude, enfatizando a importância da organização dos jovens nas fileiras da Juventude Comunista⁸⁵, da educação⁸⁶, da sua luta para mudanças sociais⁸⁷. Ao seu final, no dia 3 de julho de 1927, foi realizada uma sessão pública, com a seguinte ordem do dia:

- A Internacional cantada por todos os presentes.
- Saudação aos jovens, pelo camarada Altamiro.
- O trabalho da juventude no regime capitalista, pelo camarada Manoel [Karacik].
- Importância da juventude operária e a sua organização, pelo camarada Leôncio [Basbaum].⁸⁸
- Falará o camarada Octavio Brandão sobre – O papel dos jovens no movimento operário.⁸⁹

A coluna Juventude Proletária retomou suas atividades na edição de 14 de julho, quando se publicou um texto em que era discutida a importância da organização da juventude e também tratava da importância do papel da juventude no sentido da constituição do chamado esporte proletário:

O que nós precisamos não é de qualquer clube, nós precisamos de clubes proletários, que, sem nos explorar com mensalidades ou jóias, nos proporcione exercícios e divertimento a par da explicação de nossa situação e nosso papel na sociedade atual.⁹⁰

Na semana seguinte, em duas ocasiões, publicaram-se textos referentes à importância da questão da educação para a juventude. O primeiro deles, de autoria de

⁸⁵ Bernardes Braúna [possivelmente pseudônimo de Octavio Brandão]. “Aos jovens comunistas. Em resposta à reação, organizemos a juventude operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 419, 28/6/1927, p. 2.

⁸⁶ “A educação da Juventude Operária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 420, 29/6/1927, p. 2.

⁸⁷ “A juventude proletária e a revolução social”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 421, 30/6/1927, p. 2.

⁸⁸ Apenas a fala de Basbaum chegou a ser publicada nas páginas de *A Nação*, em suas edições de 7, 8, 9 e 11 de julho de 1927, sob o título “Semana da Juventude Operária: A oração pronunciada pelo camarada Leôncio na sessão de encerramento sobre: A importância e o papel da juventude Operária”. Por um erro tipográfico as duas últimas partes saíram sob o título “Contra-projeto de estatutos da U. dos Operários em Fábricas de Tecidos”.

⁸⁹ “Jovem operário, jovem camponês, é tempo de aderir à Juventude Comunista”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 423, 2/7/1927, p. 4. No entanto, Octavio Brandão não compareceu. Em seu lugar acabou falando outro dirigente do PCB, Paulo de Lacerda (“Semana da Juventude Operária: A sessão solene realizada para encerramento da Semana”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 425, 3/7/1927, p. 4).

⁹⁰ “Agora comecemos!” *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 433, 14/7/1927, p. 2.

Leôncio Basbaum, depois de discorrer sobre a baixa qualidade do ensino ofertado às camadas mais pobres da população reitera a importância, já destacada anteriormente, de iniciativas como a escola operária de Fernandinho, em Pernambuco ⁹¹. O outro texto, extraído de um informe dado por Lazar Shatskin no III Congresso da IJC, ocorrido em 1922, serve de contraponto ao relato da experiência brasileira, mostrando a postura da União Soviética em referência à questão da educação ⁹².

Os textos das duas semanas anteriores serviram de base para o texto que se publicou na semana seguinte e que tratou novamente da questão do esporte e da educação ⁹³.

Mantendo-se na questão da educação, a coluna Juventude Proletária, em sua última aparição nas páginas de *A Nação* – a qual deixaria de circular no dia 12 de agosto de 1927 em razão da aprovação da chamada Lei Celerada, que tornava ainda mais rigorosas as medidas existentes contra as organizações de esquerda – apresentou um texto em que se discutia a necessidade de se criarem as escolas sindicais e nele propunha que se criassem comissões que agrupassem os jovens melhor preparados no que o autor chamou de “grupo educativo ou delegados de cultura”. Estes grupos é que se encarregariam de formar as escolas nos sindicatos:

Só assim poderemos levar aos jovens operários a capacidade cultural, que muito auxiliará a organização, ponto básico para a vitória do proletariado. A organização da juventude é trabalho para a união de todos os jovens operários, sujeitando-os à mesma disciplina, fazendo-os trabalhar pelos mesmos princípios, com as mesmas mentalidade proletárias e só assim poderemos conquistar os nossos direitos, fulminando esta República de lacaios e bambochatas. ⁹⁴

Esta intensa atividade fez com que se acelerassem os preparativos para a criação da Juventude Comunista. Leôncio Basbaum indica que ela teria ocorrido no dia 1º de Agosto de 1927, que marcou também as comemorações do Dia Internacional da Juventude e, ao mesmo tempo, Dia Internacional da Luta contra a Guerra. A reunião ocorreu na sede da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro e escolheu a

⁹¹ L.B. “Educação do proletariado”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 436, 18/7/1927, p. 2.

⁹² Schatkinet. “A educação da juventude proletária”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 439, 21/7/1927, p. 3.

⁹³ A. Marques. “Formemos nossos clubes e nossas escolas”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 441, 22/7/1927, p. 2.

⁹⁴ A.M. “Da organização e das escolas sindicais”. *A Nação*. Rio de Janeiro, nº 450, 3/8/1927, p. 2.

nova direção, composta de oito integrantes: cinco operários e três estudantes universitários. No entanto, no exame da coleção de *A Nação* não há nenhuma referência ao fato. Na verdade, o que se encontrou nas páginas do diário comunista foi a referência ao ato público de 3 de julho de 1927, realizado no mesmo local indicado por Basbaum: a União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro. Lá, como se recorda, se encerrou a Semana da Juventude Proletária, que ocorreu no Brasil pouco mais de um mês após a realização do mesmo evento em escala internacional. Confusão de Basbaum? É possível, pois ao correr das páginas de *A Nação*, antes de qualquer uma das datas, seja 3 de julho ou 1º de agosto, apareciam com grande frequência pequenas notas convocando os militantes para reuniões da Juventude Comunista, o que indica a sua existência nesta ocasião. Ou, então, a criação de um fato conveniente com uma data adequada? Também é uma hipótese a ser considerada, pois, como se verá mais adiante, Basbaum se queixou, durante o V Congresso da IJC, do fato de receber informações para a realização de eventos com indicações de data errada e ali citou a “Semana dos Jovens Trabalhadores”. Ou, ainda, pode ser que a reunião de 3 de julho tenha sido a primeira aparição pública da Juventude Comunista e não a sua fundação, cuja data, ao menos até o momento, não se pode estabelecer com precisão.

A composição da organização, como recorda Basbaum, naquela época era de cerca de 90% de jovens operários, que tinham idades entre 15 e 19 anos ⁹⁵. Naquela ocasião também se decidiu o início da publicação de seu órgão oficial, *O Jovem Proletário*, que inicialmente era mimeografado e cuja publicação durou até a dissolução da Juventude, em 1937, com periodicidade irregular ⁹⁶.

Assim eram descritas a vida e as ações da Juventude Comunista pelo seu principal dirigente:

Nossa ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas. A tarefa não era fácil, pois tínhamos jovens de todos os graus de cultura, desde semi-analfabetos até estudantes de curso superior, estes em pequena minoria. Adotamos a mesma organização do Partido, com células e Comitês Regionais, nos estados. Pelos meados de 1928 já tínhamos organizações regionais

⁹⁵ BASBAUM, L. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁹⁶ “Juventude Comunista: Reunião da C. E.” *A Nação*. Rio de Janeiro, n° 336, 23/3/1927, p. 2.

no Rio, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Estado do Rio.⁹⁷

Em razão da constatação de que a Juventude Comunista tornara-se uma organização com sinais de solidez, decidiu-se enviar um delegado, Leôncio Basbaum, ao V Congresso da IJC, em 1928, onde, então, se formalizaria a filiação da Juventude Comunista do Brasil como sua seção brasileira. Ali Basbaum, sob o pseudônimo de Pereira, apresentou um breve, porém causticante, relatório sobre a situação da juventude do Brasil e da seção brasileira da KIM⁹⁸.

Neste relatório, feito em sessão plenária do Congresso, ocorrida a 6 de setembro de 1928, Basbaum afirmou aos seus camaradas que pretendia revelar o Brasil à Internacional da Juventude Comunista como fora feito pouco antes por Paulo de Lacerda no VI Congresso da Internacional Comunista. Ali disse que a “efervescência revolucionária que agita naquele momento o país, os capitais ingleses e americanos convertidos, o grande mercado de 37.000.000 de habitantes e oito milhões e meio de quilômetros quadrados que representa, fazem aumentar sua importância internacional do ponto de vista econômico e político”.

Em seguida, traçou um panorama político e organizativo da juventude brasileira. Destacou que, daquela população, 2,5 milhões eram de jovens trabalhadores que trabalhavam desde os oito anos – numa burla à legislação que proibia o trabalho para menores de 14 anos -, e dos quais menos de 1% eram sindicalizados e muitos menos, sem citar números neste caso, pertenciam à Juventude Comunista. Este enorme exército produzia, afirmou Basbaum, situações como a de um sindicato de trabalhadores gráficos que tinha em seus estatutos consignada a diretiva de combater os jovens trabalhadores, pois tomavam seus postos de trabalho. O delegado brasileiro afirmou aos seus camaradas da Internacional da Juventude Comunista que não havia organizações burguesas de jovens operários, nem organizações operárias de jovens reformistas. Basbaum disse que os jovens operários eram indiferentes à política, apenas se preocupavam com o futebol - pelo menos 80% deles, estimava o jovem comunista brasileiro -, mas se fossem despertados, seriam comunistas. Todavia, alertou para o fato de que a burguesia começava a atentar para as crianças operárias e os pequenos grupos

⁹⁷ *Ibidem*, p. 47.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 60. A transcrição do informe de Basbaum está em RGASPI 533 1 123.

de escoteiros católicos – que estimava serem uma pequena cifra, pois não eram muitos os que podiam comprar os equipamentos e roupas necessários para participar de tais grupos. Afirmava ainda que cerca de 40% dos jovens trabalhadores integravam sociedades religiosas.

Basbaum, a seguir, passou a criticar tanto o PCB como o Secretariado Sul-Americano da IJC, por nada terem feito em favor da Juventude Comunista do Brasil. No caso do partido, Basbaum afirmou que, enquanto a Juventude esteve nas mãos do partido, ela nada avançou. No entanto, quando ela passou aos jovens, foram constituídas células e foi editado *O Jovem Proletário*, apesar da ilegalidade. A Juventude, inclusive, ajudou o Partido: participando das campanhas eleitorais, trabalhando no seu jornal, distribuindo seus documentos nas portas de fábrica, fazendo cursos de formação para os operários militantes do PCB. Em maio de 1928, quando *O Jovem Proletário* já tinha uma tiragem de 10.000 exemplares, a Juventude decidiu suspender sua publicação para ajudar financeiramente o órgão do PCB, *A Classe Operária*. Apesar disso, a Juventude seguia incompreendida pelo PCB.

O jovem delegado brasileiro demonstrava o descaso de que eram vítimas os jovens comunistas brasileiros ao exemplificar com uma série de episódios nos quais o Secretariado comunicava erroneamente a organização de eventos, como a Semana dos Jovens Trabalhadores ou o 20º aniversário da Conferência de Stuttgart, fazendo com que eles ocorressem no Brasil antes das datas realmente deliberadas. Basbaum perguntava, sarcasticamente, se os jovens comunistas eram mais avançados que os dos outros países e concluía, irritado, que eles viviam completamente afastados da IJC, a qual, por sua vez, não prestava suficiente atenção ao Brasil e à América Latina. Talvez, especulava, porque fosse pequena. Mas, afirmava, a IJC não deveria apenas avaliar suas seções pelo seu número de militantes, mas, sim, “considerar a situação pré-revolucionária que se respira por todos os cantos das colônias e semicolônias” e deveria ir ao encontro das juventudes desses países e não esperar ser buscada.

Basbaum afirmou que a IJC somente olhava para algumas seções européias. Os seus métodos de agitação e de propaganda exigiam muito dinheiro, coisa que pequenas seções não possuíam. Censurava a IJC por tais métodos:

Nunca se deve esquecer que somos, antes de tudo, uma organização de luta econômica e política; e, em segundo lugar, que estes métodos pouco adiantam em

organizações ilegais, não apenas pelas dificuldades que tais métodos apresentam, mas também porque a psicologia dos jovens trabalhadores das federações ilegais é muito diferente e, ousamos dizer, mais bolchevique que os jovens das federações legais.⁹⁹

Por fim, depois de esclarecer que no Brasil se falava português, Basbaum afirmava que a IJC deveria prestar mais atenção às federações dos países latino-americanos, aos países coloniais e semicoloniais, seja na imprensa, seja por meio pelo aporte de recursos econômicos, pela sua importância do ponto de vista das perspectivas revolucionárias e concluía, sem pronunciar a palavra “trotskista”, que se devia combater uma guerra sem quartel contra frações existentes em algumas das seções da IJC, as quais são “inimigos piores que os mais hábeis social-democratas, que os chefes mais reacionários, porque são inimigos dentro de nós mesmos, parasitas que vivem em nossas fileiras, impedindo seu desenvolvimento”¹⁰⁰.

O III Congresso do PCB, ocorrido de 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, realizado após o retorno de Basbaum ao Brasil, dedicou uma de suas resoluções à Juventude Comunista. Nela afirmava-se que a Juventude, que poderia abrigar militantes de até 23 anos, seria uma organização auxiliar do PCB, constituindo-se como uma reserva do partido e de grande importância na “preparação de militantes, teórica e prática”. Sua situação especial era justificada como resultado da idéia de que os jovens possuíam “uma mentalidade diferente da dos adultos”, com métodos e trabalhos diferentes. Suas normas de trabalho eram concretizadas nas palavras “luta, educação, distração”. Isto explicava sua organização diferenciada, “embora sob o controle político do Partido”, pois era este que efetivamente dirigia o movimento de emancipação da classe trabalhadora. A resolução, por fim, delimitava seu espectro de atuação: “luta antiimperialista, luta antimilitarista, organizações esportivas, camponesas, etc.”.

Logo em seguida, de 5 a 7 de janeiro de 1929, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB) realizou seu primeiro congresso, no qual se reuniram 17 delegados, além de três enviados pelo PCB e um pelo Secretariado, representando organizações do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, que representavam 25 células, das quais 15 estavam localizadas na cidade do Rio

⁹⁹ Informe de Pereira, p. 90-91.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 92.

de Janeiro. Neste congresso, além dos relatos sobre o congresso da IJC e da IC, foram apresentados relatórios das delegações presentes e discutidas questões referentes ao esporte, organizações de massa, sindicatos, trabalho antiimperialista, antimilitarista e os perigos de guerra. As suas principais resoluções foram assim sintetizadas por Basbaum:

Esse Congresso da juventude resolveu ainda intensificar nossa atividade nos setores recreativos e culturais, dando maior atenção ao Centro de Jovens Proletários, já fundado e que congregava jovens de todas as tendências, com fins esportivos e culturais. Ele já nos havia trazido excelentes rapazes e moças para a JC. Também havíamos decidido esforçar-nos junto aos sindicatos para a criação de departamentos juvenis, a fim de atrair para eles os operários mais jovens.¹⁰¹

Coetânea à fundação da FJCB instalara-se um processo de radicalização esquerdista na Internacional Comunista, estabelecido no seu VI Congresso, que atingiu todas as suas seções. Como nos relata o historiador Stephen Cohen, biógrafo de Bukharin:

O “terceiro período”¹⁰² foi redefinido para indicar o fim da estabilização capitalista, o recrudescimento da militância proletária e a certeza de que surgiriam contextos revolucionários no Ocidente. Como principal inimigo, foram apontados os partidos socialistas – ou melhor, os reformistas em geral – considerados inapelavelmente “fascistas”. O expurgo dos moderados do Comintern assumiu proporções mais amplas, e os partidos comunistas estrangeiros foram instruídos a romper todos os laços com os movimentos social-democratas, denunciar-lhes o caráter de “social-fascismo”, e criar sindicatos que se opusessem a eles – em suma, cindir o movimento operário europeu. Desse modo começou a malfadada trajetória do Comintern para o extremismo.¹⁰³

As orientações esquerdistas da IC - implantadas, na América Latina, a partir da realização da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em junho de 1929 e com a vinda de “assistentes” trazidos de Moscou e que “dirigiam o trabalho cotidiano a golpes de ‘cartas abertas’ e de decretos”¹⁰⁴ - na primeira metade

¹⁰¹ BASBAUM. *Op. cit.*, p. 64.

¹⁰² O primeiro - de 1917 a 1923 - fora considerado pela Internacional Comunista como o de crise do capitalismo e ascensão revolucionária; o segundo - de 1923 a 1927 - fora o de estabilização parcial do capitalismo; e o terceiro, iniciado em 1927, seria o de uma estabilização relativa do capitalismo em que ocorreria uma ascensão da economia capitalista, ao lado de um novo crescimento das formas socialistas da economia na URSS, a qual levaria a uma quebra da estabilização capitalista e a uma agravamento da crise geral do capitalismo.

¹⁰³ COHEN, Stephen. *Bukharin, uma biografia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 372.

¹⁰⁴ BROUÉ, P. *Op. cit.*, p. 625.

dos anos 1930 redundaram, no caso brasileiro, no afastamento de praticamente toda a direção que havia fundado o partido, além de uma orientação extremamente sectária. Nesta época, a política dos comunistas brasileiros orientou-se na criação de sindicatos hegemonizados pelos comunistas, os chamados "sindicatos vermelhos", e na busca de "insurreições armadas". No campo internacional, o resultado mais desastroso dessa nova orientação política foi, sem dúvida alguma, propiciar a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em razão da recusa de realizar uma frente com a social-democracia.

No âmbito da FJCB levantaram-se críticas contra a orientação vigente até ali, caracterizada como pequeno-burguesa e oportunista pela sua aproximação com o "tenentismo", e lançavam-se diretivas, fundadas na convicção da "radicalização das massas", voluntaristas que traziam embutidas e mal adaptadas as noções de "social-fascismo":

É na luta diária pelas reivindicações econômicas e políticas dos jovens que faremos o melhor combate a todos os inimigos, que desmascaremos os chefes demagogos e traidores e ganharemos a confiança das massas. Criando as seções sindicais juvenis combateremos os sindicatos policiais do Ministério do Trabalho, concentrando o trabalho nas empresas mais importantes, fortalecendo as células de empresas, dando-lhes vida política, criando-as em todas as partes, nas empresas e nos navios e quartéis, ligaremos a Federação às massas e combateremos os adversários nas fileiras da juventude explorada.¹⁰⁵

Pouco tempo depois, em 1932, em uma resolução do Secretariado Sul-Americano da IJC sobre o Brasil, em meio a críticas de que a FJCB tinha uma vida puramente interna, resultado de uma política sectária, novos campos de ação, além dos antes aqui já enunciados, foram ali formulados: criação de um movimento infantil, trabalho entre índios e negros e entre as mulheres¹⁰⁶.

Com a confusão criada dentro das fileiras comunistas em função da percepção de que a orientação esquerdista que vigorara até então, com a ascensão dos nazistas, os estava isolando do movimento operário – obviamente no Brasil este processo foi mais lento do que na Europa – levou a IC rumo à política conhecida como de "frente

¹⁰⁵ DIAZ, A. Brasil: Por una Federación de combate, de masa y de clase de la juventud trabajadora. Muera el sectarismo pequeño-burgués! *Internacional Juvenil*. Montevideo: n°4, dez. 1931, p. 38. -1° trim. 2004, p. 9.

¹⁰⁶ INTERNACIONAL DA JUVENTUDE COMUNISTA. Bureau Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista. *Resoluciones del III Pleno del Secretariado Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista*. Buenos Aires: Ediciones Interjuv, [1932], p. 15-35.

popular”, na qual - ao estabelecer como o principal inimigo o fascismo e não mais o capitalismo – buscou ampliar seu arco de alianças além do campo operário e socialista. A partir de então os comunistas irão aplicar tais orientações, de modo errático – pois tais posições somente tomarão forma oficial apenas no VII Congresso da IC, em 1935 -, que acabaram por dar às suas organizações um caráter mais amplo. No caso da FJCB serão criadas organizações com esse caráter e impulsionadas iniciativas como a da realização do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, além de ocorrer uma inflexão no seu foco atuação, que passou a dar uma maior ênfase maior ao trabalho entre os estudantes universitários. A idéia era que este congresso ocorresse em fins de julho ou no início de agosto de 1935 e que dele resultasse a formação de uma organização juvenil nacional, nos mesmos moldes do que ocorrera na Europa, com a criação de organizações nacionais de “frente”, nas quais a Internacional da Juventude Comunista tivera papel de relevância em sua criação, como o Conselho Mundial da Juventude e o Congresso Mundial da Juventude¹⁰⁷.

No relatório datado de 6 de junho de 1935¹⁰⁸, enviado à Internacional da Juventude Comunista, o encarregado da Comissão Nacional de Organização, informa que a iniciativa do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, decidida em dezembro de 1934 no 1º Ativo de Concentração Nacional da Federação da Juventude Comunista do Brasil, somente começou a ser posta em prática em março de 1935. Segundo o relatório, tal iniciativa, embora gozasse de simpatia entre os jovens brasileiros, encontrou muitas dificuldades nas fileiras da Juventude Comunista. Tais obstáculos seriam os seguintes:

Uma falta de experiência na realização do trabalho de massas, e ligado a isto, uma resistência sistemática, especialmente por parte dos elementos mais antigos, à realização deste trabalho, que se manifesta, ou pela não realização das tarefas traçadas, ou pela subestimação do trabalho do Congresso, só vendo o trabalho interno de nossa organização em função de coisa nenhuma.¹⁰⁹

¹⁰⁷ BOULOQUE, Sylvain. Les Jeunesses communistes: structures, organization, implantation 1920-1938. *Communisme*. Paris, n° 76/77, 4º trim. 2003-1º trim. 2004, p. 7-26, p. 9 e KOTTEK, J. *Op. cit.*, *passim*.

¹⁰⁸ PAULO [pseudônimo de Mário Wilcher]. Relatório do CC da F.J.C.B. (Seção da I.J.C.). Rio de Janeiro, 6/6/1935 [RGASPI 495 17 94].

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 1.

A resistência referida neste informe evidencia a dificuldade na aplicação de uma nova orientação, a qual, como destacou Sylvain Bouloque para o caso francês, era muito freqüente que elas fossem aplicadas com a antecedência de alguns meses na Juventude em relação ao Partido para que o experimento tivesse já certa materialidade por ocasião do início de sua efetiva aplicação ¹¹⁰.

Em 1935, através do mencionado relatório, embora houvesse ali apenas dados parciais – somente há referência ao número de militantes para o Rio de Janeiro (139 militantes), São Paulo (129 militantes) e Recife (52) -, pode-se ter uma idéia dos campos de atuação para os quais se voltava a Juventude Comunista do Brasil. Além das tradicionais comissões de organização e de finanças ¹¹¹, encontravam-se nas regiões (a divisão estadual da Juventude Comunista) comissões, chamadas no Brasil de Zonas, de trabalhadores têxteis, estudantes, esportes e sindicais (que agrupava outras categorias além dos têxteis), mulheres e os chamados pioneiros. Isto, ressalte-se, no Rio de Janeiro, que era classificado como “a posição mais forte” da Juventude Comunista do Brasil. Se compararmos com os campos de atuação das Juventudes Comunistas da França ¹¹², é facilmente perceptível o pequeno volume de atividades. Naturalmente, a ilegalidade a que estavam submetidos os comunistas brasileiros pode ser uma razoável explicação para este déficit organizativo. Além disso, o que mais chama a atenção aqui é a ausência de menção à questão do trabalho antimilitar da FJCB, que sequer é tratado neste relatório de atividades.

Poucos meses depois, o secretário geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil, o marceneiro Valduvino Barbosa Loureiro, deu um informe sobre a organização no VI Congresso da IJC, em sessão realizada em 29 de setembro de 1935, em Moscou. Nele caracterizava a FJCB como uma organização em que o sectarismo a impedia de transformar-se em uma organização juvenil de massa. Tal sectarismo tinha sua origem

¹¹⁰ BOULOUQUE, S., p. 18.

¹¹¹ Encontrável em qualquer organismo comunista, a Federação da Juventude Comunista brasileira não possuía em 1935 uma comissão de agitação e propaganda, cujas funções eram acumuladas pelo Secretariado Nacional, que a também possuía as funções de dirigir a publicação de *O Jovem Proletário* e de *Juventude* – que começara a circular naquele ano de 1935 (PAULO. Relatório do CC da F.J.C.B. (Seção da I.J.C.). Rio de Janeiro, 5/6/1935, p. 2 [RGASPI 495 17 94].). No entanto, as comissões de agit-prop funcionavam regionalmente.

¹¹² BOULOUQUE, S., à p. 8, apresenta uma dúzia de comissões: organização, antimilitarista, finanças, jovens sindicalizados, camponeses, agitação e propaganda, *Avant Garde* (o semanário das Juventudes), esportiva, estudantes, grupos de crianças, pioneiros e Jovem Guarda antifascista/Frente Vermelha.

na forma como estava organizada: um partido de jovens, em que se adotavam os mesmos métodos de trabalho e formas de organização do PCB. Isto a impedia de compreender que era uma “organização política de educação da juventude brasileira” e, conseqüentemente, contatar “largas massas juvenis, e dar amplas formas de organização aos jovens sem partido para que junto com estas massas possamos educá-las no espírito da luta de classe”¹¹³. A isto, de acordo com Loureiro, se juntava à incompreensão do caráter da revolução no Brasil – pelo qual se deveria lutar pela busca de alianças com vários setores para a instauração de um “governo popular nacional-revolucionário” –, ampliando ainda mais seu isolamento. O secretário-geral da FJCB também, neste quadro, não eximia de responsabilidade o próprio PCB, cujo sectarismo – como já o afirmara Paulo de Lacerda durante os trabalhos do VII Congresso da IC - tendia a exagerar a força do proletariado urbano e o nível da lutas sociais e enfatizar a via da clandestinidade em face da política de “frente popular”¹¹⁴, transformava a organização juvenil em um “apêndice do Partido”.

Apesar deste quadro, o secretário-geral da FJCB procurou mostrar aos seus camaradas reunidos em Moscou que havia uma situação no Brasil que possibilitaria uma saída para aquele impasse.

Loureiro afirmou que o país vivia em um quadro de extrema miséria e que atingia os jovens trabalhadores: longas jornadas de trabalho, redução de salários, salários diferenciados para jovens e adultos nas mesmas funções, castigos corporais no campo, fechamento de escolas, aumento dos preços de materiais escolares, aumento das tarifas de transporte, proibição de organização, proibição aos jovens de votar e de ser votado, militarização das escolas, organização dos tiros de guerra, etc. Tal quadro criava um desalento na juventude, do qual buscaram se aproveitar os integralistas e a Igreja Católica para organizá-la em torno de seus projetos, criando suas organizações juvenis. Aqui é importante recordar o informe dado pelo antigo responsável da Juventude no congresso anterior, em 1928, quando se informara que não existiam significativas organizações de juventude afora a dos comunistas. Nestes sete anos decorridos entre

¹¹³ Informe do c. Marques no VI Congresso da IJC.a.1935, p. 1 [RGASPI, 495 29 88]

¹¹⁴ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa - A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 276.

1928 e 1935 ficava evidenciando, nos dois informes pronunciados nos V e VI Congressos da IJC, a importância que a juventude ganhara na cena política brasileira.

Por outro lado, o secretário da FJCB afirmou que os movimentos grevistas ocorridos em 1934 e 1935 tiveram grande participação da juventude. Apesar disso, somente o PCB conseguiu crescer como consequência dessa mobilização, enquanto a Juventude Comunista não teve um crescimento equivalente, não passando seus efetivos de 1.500 membros – compare-se, aliás, este número com os fornecidos pelo relatório do encarregado da Comissão Nacional de Organização para perceber-se um exagero nesta cifra fornecida por Loureiro. Ao surto grevista, o secretário-geral da FJCB acrescenta o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que também teria demonstrado a “rápida politização e o desejo de luta da juventude”. Nas mobilizações da Aliança teriam participado dezenas de milhares de jovens e nessa organização foram criados núcleos juvenis nas fábricas, escolas, sindicatos, bairros, etc. Às greves e à criação da ANL, Loureiro acrescentou as mobilizações provocadas pelo assassinato do militante da FJCB Tobias Warchaviski, que teria sido assassinado pela polícia ¹¹⁵. Tal situação, acompanhada pela “melhor linguagem com que nos dirigimos aos jovens integralistas, mostrando o caráter reacionário e imperialista de seus chefes” ¹¹⁶, fez com que houvesse uma debandada na juventude integralista, que passaram às dezenas às fileiras aliancistas. Tal quadro levou a uma nova situação, que o secretário-geral da FJCB assim explicou:

A organização dessa ampla frente nacional libertadora e a participação nesta organização das amplas camadas de várias tendências da juventude, demonstrava na prática que a J.C. não podia continuar como grupos sectários isolados destas massas juvenis, portanto estava praticamente planteado a necessidade de nova forma de organização, novos métodos de trabalho, que pudessem agrupar os milhões de jovens de todo o país, em defesa de seus direitos (saúde, cultura e liberdade). E nossos camaradas, embora com debilidade e incompreensão de como começar esta difícil tarefa, como utilizar as possibilidades legais que oferecia o movimento nacional libertador, eles se atiraram nesta luta começando pela

¹¹⁵ Dos arquivos do Serviço de Ligações Internacionais (que ficou conhecido pela sua sigla russa, OMS) da Internacional Comunista, que não integram os do RGASPI, surgiram informações de que, na verdade, Warchaviski, teria sido assassinado a mando do próprio PCB, sob a alegação de que teria provocado a prisão de um dirigente do partido. Ver WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 297.

¹¹⁶ Informe do C. Marques..., p. 6.

preparação da organização de um congresso nacional da juventude brasileira de onde deverá sair a nova organização nacional da juventude.¹¹⁷

A seguir, Loureiro passou a narrar as medidas de organização para o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular e vários episódios ocorridos durante os trabalhos de organização dos congressos estaduais que antecederiam o Congresso nacional, que acabou não acontecendo em decorrência da decretação da ilegalidade da ANL. O Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, enfim, coroaria, na visão de Loureiro as grandes linhas traçadas em Moscou no VII Congresso da IC e no VI Congresso da IJC no sentido da constituição de uma frente popular antifascista e seria o elemento de superação do sectarismo da FJCB:

Com grandes êxitos, camaradas, já iniciamos esta tarefa. Compete-nos agora corrigir nossos erros e debilidades anteriores, e dar amplas e variadas formas de organização de base desta nova organização que se pretende continuar: chamar à luta pelos direitos da nova geração brasileira, a todos os jovens e suas organizações que não estão aderidos ao congresso. A condição semicolonial e semifeudal de nosso país favorece nele a organização de uma frente única juvenil de mais larga amplitude, visto como a luta atual do povo brasileiro contra as imposições do imperialismo e a reação terrorista interessa não só aos milhões de jovens operários, camponeses e pequeno-burgueses, como ainda a própria juventude burguesa nacional-reformista e democrata.¹¹⁸

Neste quadro, o jovem marceneiro passou a detalhar como deveria ser a nova organização saída do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. Ela deveria ser “uma organização juvenil popular que reúna todos os jovens de todas as tendências políticas ou religiosas que desejem a liberdade, o progresso, o bem-estar e a cultura da juventude e que queiram lutar contra a escravização da pátria pelo imperialismo”¹¹⁹. Enfatizava que não se deveria esquecer o trabalho entre os jovens recrutados para o serviço militar e os jovens militares e nem o trabalho entre a juventude feminina. E reconhecia um crônico problema do PCB: a quase inexistente organização entre os camponeses. Mas quando Loureiro passou a detalhar sua estrutura organizativa, percebe-se que ele está tateando um território desconhecido. Nesse momento, ele afirma que, para não ter a estrutura que a FJCB até então mantinha, a

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 7.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 10.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 10-11.

nova organização deveria repousar sobre clubes esportivos, recreativos, culturais dentro de escolas, fábricas, fazendas, bairros, quartéis, clubes, sindicatos. Nessa nova organização os comunistas seriam uma das forças existentes, buscando conquistar os membros das outras forças para a revolução:

Os comunistas devem saber empurrar a massa de jovens e suas organizações aderidas à nova Federação à luta por suas reivindicações mais sentidas, à luta contra a reação, o imperialismo e pelas liberdades democráticas, aparecendo dentro dela como os mais dedicados e corajosos defensores dos direitos da nova geração. Devíamos fazer a Federação organizar cursos e escolas de capacitação dos seus quadros, escolas e clubes de esporte e de leitura, conferências instrutivas, festivais, etc. Devemos mudar nossa linguagem, aprender a falar às camadas juvenis menos avançadas, sem ferir seus sentimentos religiosos, seus preconceitos, etc. Em terceiro lugar, penso que as atuais células e seções juvenis comunistas devem se transformar em organizações de base a que me referi, e dentro destas organizações se deve realizar o trabalho de educação desta juventude contra o imperialismo, o fascismo e pela paz, reforçando assim o sentimento internacionalista da juventude.

120

Fica perceptível aqui que o secretário-geral da FJCB não consegue ver com clareza o futuro dessa nova organização e o que ele aponta como novas formas, na verdade, já eram, aqui e ali, práticas usuais da juventude comunista.

De qualquer forma, com o “putsch” comunista de 1935, sequer estas políticas puderam ter o desenvolvimento e a influência que tiveram na Europa e na América ¹²¹. A via insurrecional adotada pelo PCB acabou levando a uma inflexão esquerdista que resultou nas fracassadas rebeliões militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Este quadro manteve o sectarismo característico e levou ao isolamento, que se combinou com uma intensa perseguição por parte do governo brasileiro e de suas forças de repressão.

O estigma de sectária da FJCB levou à sua dissolução em 1937 ¹²², para ser anexada ao PCB como Bureau da Juventude. Sua dissolução havia-se justificado à época pelo sectarismo que tomava a organização, que a teria impedido de organizar a juventude antifascista e não apenas comunista, e pelos supostos mesmos fins de ambos,

¹²⁰ *Ibidem*, p. 12-13.

¹²¹ Ver KOTEK, J. e LEWIS, J.

¹²² - A dissolução da FJCB. *Boletim de Agitação e Propaganda* [Partido Comunista do Brasil (Região de São Paulo)], São Paulo, nº 5, 1-15 fev. 1937. p.14-15; O. T. O desaparecimento da F.J.C.B. e o problema da unidade da mocidade brasileira. *A Classe Operária*, São Paulo, nº 199, fev. 1937. p. 3.

PCB e Juventude Comunista, e que não mais justificavam a existência de dois organismos. No entanto, aquela modificação não surtiu efeitos:

O Bureau Juvenil, como solução proposta para orientar os trabalhos de massa que deveriam surgir, fracassou por se realizar a sua atividade com a dispersão de base (células) e tendo apenas perspectivas de cúpula e ainda com o agravante de perder a grande finalidade da J.C. que é a de preparar quadros comunistas. Ainda na análise desses trabalhos de massa que o Bureau Juvenil levantou, nota-se o quanto foram efêmeros e quanto teve de imediatista essa orientação. A par disso, essa diretiva facilitou a alguns elementos de origem não proletária a sua decaída no oportunismo burocrático, gerado pelo reformismo dos trabalhos legais, criados pelo Bureau Juvenil, bem como ficou impedido o recrutamento de novos elementos, por não sentirem esses, nos organismos legais da mocidade, o revolucionarismo que eles procuravam em um organismo comunista.¹²³

Em meio a uma luta fracional no PCB, uma das duas alas envolvidas, o Comitê Central Provisório, em São Paulo particularmente, havia conquistado praticamente todo o setor de juventude e via a necessidade de incrementar os trabalhos da juventude por meio de um programa voltado para a “cultura popular ampla, [a] proteção à recreação e ao esporte dos jovens”, além da preparação de futuros quadros. Por isso, aliado ao fato de que necessitava ampliação de sua influência e crescimento orgânico, o CCP resolveu incentivar um trabalho mais firme entre a juventude e reconstituiu a FJCB em 1938¹²⁴. No entanto, como resultado do recrudescimento da repressão contra os comunistas após a instauração da ditadura varguista do Estado Novo, o PCB entrou em estágio letárgico, do qual somente daria sinais de recuperação por ocasião da entrada do Brasil ao lado das forças aliadas em meio à II Guerra Mundial.

Desde seu aparecimento, através dos informes enviados à IJC, é possível acompanhar a evolução quantitativa da militância da FJCB¹²⁵. Quando Leôncio Basbaum parte para participar do V Congresso da IJC em Moscou, em junho de 1928, a

¹²³ A F.J.C.B. em face da situação política - Suas tarefas. *A Classe Operária*. São Paulo, nº 208, jan. 1938. p. 3.

¹²⁴ KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec – Editora UNESP, 2003, p. 330-331.

¹²⁵ Os dados a seguir mencionados provêm dos seguintes relatórios: BASBAUM, Leôncio. Relatório geral da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, s.d. [RGASPI 533 10 602, este relatório foi recebido na IJC em 9/12/1929]; Informe da Federação Juvenil Comunista do Brasil apresentado pelo camarada Arnaldo no Secretariado da América do Sul e do Caribe do Comitê Executivo da I.J.C. em 24 de Março de 1933 [RGASPI 533 10 607]; S.A. Informe sobre a Federação da Juventude Comunista e da juventude trabalhadora. S.I., s.d. [RGASPI 533 10 608, este informe foi distribuído na IJC em 14/11/1934]; e PAULO [pseudônimo de Mário Wilcher]. Relatório do CC da F.J.C.B. (Seção da I.J.C.). Rio de Janeiro, 6/6/1935 [RGASPI 495 17 94].

FJCB tinha 60 militantes. Em janeiro de 1929, por ocasião da realização de seu primeiro congresso, a Juventude Comunista do Brasil já havia dobrado seu número de militantes passando para 120. Em outubro desse mesmo ano, os jovens militantes comunistas quase haviam triplicado e passado para 300. Nesta época, Basbaum assinalou em seu relatório à IJC que a FJCB possuía a seguinte composição social: 85% dos seus membros eram operários industriais, 5% eram de trabalhadores do campo e camponeses, 5% de empregados no comércio e 5% eram de estudantes.

No período seguinte os dados são mais detalhados, mas se introduz uma categoria que, em nossa opinião tende a mascarar, para cima os números. Trata-se da distinção entre aderentes e ativos, sendo o primeiro o dos que se filiaram à FJCB. No entanto, como os comunistas sempre enfatizaram a militância, o segundo índice – ativos – tende a indicar realmente o número de militantes, enquanto o primeiro serve para inflar estatísticas. Assim, em janeiro de 1930 a FJCB tinha 630 aderentes, dos quais 375 eram ativos. Eles estavam divididos em 67 células de ruas, 24 de empresas e 5 células agrícolas. Doze meses depois, o número de aderentes sobe para 820 e o de militantes ativos tem um significativo crescimento para 618, dividindo-se eles em 65 células de rua, 46 células de empresa e 19 células agrícolas. Em julho de 1932, os aderentes eram 700, os ativos 433, dividindo-se eles em 70 células de rua, 31 células de empresa e em 10 células agrícolas. Por fim, esta série de números se encerra em dezembro de 1932, quando a FJCB possuía 565 aderentes, dos quais 310 eram ativos, dividindo-se eles em 62 células de rua, 16 células de empresa e em oito células agrícolas. Durante este período a FJCB passara a ter militantes de 10 para 14 regiões do Brasil ¹²⁶. O relatório informava que em dezembro de 1932 a composição social do FJCB era a seguinte: 20% de grandes empresa, 30% de desempregados, 8% de operários agrícolas, 20% de pequenas fábricas e oficinas, 10% de empregados do comércio e estudantes e 12% tinham empregos diversos.

Por volta de julho de 1934 a FJCB tinha 520 membros ativos e mais cerca de 600 chamados agora de “desgarrados” e no relatório relativo a este período são apenas informados dados relativos às regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e

¹²⁶ Tal crescimento assim se efetivara: Em janeiro de 1930 a FJCB tinha 10 regiões (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Campos, Vitória, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará). Em janeiro de 1931 acrescentaram-se as regiões de Minas Gerais, Alagoas e Maranhão. Em julho de 1932, por fim, acrescentou a região do Paraná.

Campos. Os dados referentes a Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará não são fornecidos, dizendo-se que trabalhavam ligados aos respectivos Comitês Regionais do PCB, mas que ainda a FJCB não tinha conseguido “estreita ligação”.

Já em 1935 não encontramos números sequer confiáveis. Em um relatório feito no VI Congresso da IJC, em setembro de 1935, o secretário-geral da FJCB informava que haveria perto de 1.500 militantes. No entanto, ao se examinarem os dados fornecidos em junho desse mesmo ano, pela Comissão de Organização, em que se detalham apenas dados de algumas regiões (Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo) percebe-se que o número de 1.500 é algo irreal. No relatório da Comissão de Organização somos informados da existência de células da FJCB em Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Vitória, São Paulo, Santos, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre. Os contatos com Maceió e Paraíba eram feitos por intermédio de Recife, os com Amarração por São Luiz e os com Mossoró, por Natal. Se examinarmos os dados de militantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, que até ali tinham respondido por cerca de 50% dos efetivos da FJCB, veremos que elas correspondem a, respectivamente, 139, 122 e 52 militantes, o que resultaria em um total de 313 filiados às fileiras comunistas. Não é possível acreditar-se que perto de mil militantes estariam em regiões com as quais a FJCB tinha contatos precários ou simplesmente os havia perdido. Com referência à composição social, um dado interessante salta à vista. Embora relativos ao Rio de Janeiro, tido como a sua “posição mais forte”, somos informados que de suas cinco zonas, três são sindicais (têxteis, com 16 militantes, e duas com várias categorias, com 46 militantes), uma é esportiva (com 33 militantes) e uma estudantil (com 42 militantes). Aqui dois dados chamam a atenção: o grande volume de militantes envolvidos com esportes e o de estudantes. Mas é este último, em especial, que aponta uma tendência que se acelerará ao logo do tempo, que é a de ocupação cada vez mais elevada de espaço nas fileiras da Juventude Comunista, até o ponto de hoje estabelecer-se um sinal de igualdade entre juventude e estudantes, sobrepondo-se as reivindicações e problemas destes ao do movimento de juventude.

Aqui temos um elenco de questões que estão a merecer um exame mais aprofundado por parte dos pesquisadores que têm como tema a juventude, mas que,

raramente, vão para o período anterior aos anos 1950. Sem dúvida, o mais notável deles é o fato de que coube ao movimento dos trabalhadores dar forma organizativa às demandas e interesses desse segmento da sociedade brasileira, a juventude. Evidentemente, pelo aqui já visto, como resultado da combinação da inexperiência, das bruscas mudanças de orientação da IC, das alterações na conjuntura política brasileira e, sobretudo, da incipiência da organização dos trabalhadores e da pequena cultura organizativa daí decorrente, os jovens comunistas brasileiros colocaram ao seu tempo uma série de questões para as quais nem eles nem a sociedade brasileira foram capazes de dar respostas naquela época. Muitas delas somente foram elaboradas vários anos depois, ou outras, como as relações entre as juventudes e seus respectivos partidos ¹²⁷, ainda seguem sem resposta.

¹²⁷ Em maio de 2008 realizou-se o I Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Nas discussões realizadas ao fim desse evento, no qual a juventude ganhou um novo estatuto organizacional dentro do PT – quando passou de setorial a secretaria -, um dos aspectos ressaltados foi o da questão da autonomia. Em um boletim do Diretório Regional de São Paulo [“Contraponto: Qual o grau de autonomia que a juventude do PT deve ter?”. *Linha Direta*. São Paulo, Ano 17, nº 667, maio/junho de 2008, p. 10-11] foi publicado um debate no qual três dirigentes da Juventude do PT, cada um com sua nuance, defendiam graus de autonomia da organização em relação ao partido.